

proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2007. — *António José Correia de Jesus*, presidente — *Henrique João Araújo de Pontes Leça*, vogal — Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal. 2611010411

BANCO PORTUGUÊS DE GESTÃO, S. A.

Relatório n.º 11-D/2007

Sede social: Rua do Salitre, 165-167, 1250-198 Lisboa.

Capital social: 35 000 000 de euros.

Pessoa colectiva n.º 504655361.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob n.º 9427.

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Vítor José Melícias Lopes (a).

Vice-presidente: Vasco Alexandre Vieira de Almeida.

Secretário: Pedro Luís Amaral da Cunha.

Conselho de administração:

Presidente: Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino.

Vice-presidentes:

Mário José Brandão Ferreira.

Francisco José Fonseca da Silva.

Vogais:

Emanuel Jorge Marques dos Santos.

Francisco Luís Murteira Nabo.

Jorge Abreu Pereira Parreira Moia.

Luís António Gomes Moreno.

Conselho fiscal:

Presidente: Henrique Carlos de Medina Carreira.

Membros efectivos:

Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva.

PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Manuel Henriques Bernardo ou por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão.

Suplente:

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis.

Conselho estratégico:

Presidente (em exercício): Hermínio Marques Ferreira.

Vogais:

Augusto Carlos Serra Ventura Mateus.

Edmundo Martinho.

Francisco Crespo.

Francisco Maria Guerreiro da Cruz Martins.

Guilherme Vilaverde.

Henrique Carlos de Medina Carreira

Vítor José Melícias Lopes.

(a) Renunciou ao mandato em 7 de Janeiro de 2007.

Mensagem do presidente

Srs. Accionistas:

No exercício de 2006 observou-se, pelo quarto ano consecutivo, um crescimento da economia mundial superior a 4%. Global, como é este número, ele encerra necessariamente comportamentos muito diversos e assimétricos ao nível dos vários países e regiões: à semelhança do que ocorreu em anos anteriores, os contributos mais pujantes para a notável sustentação desta taxa de crescimento provêm dos mercados emergentes, em detrimento do velho mundo.

O observador neutral não pode deixar de congratular-se com o rebaixamento e correcção que estas tendências indiciam quanto a situações de profundos desequilíbrios económicos e sociais que desde há longo tempo vêm caracterizando a geografia mundial.

Na mais prosaica perspectiva de quem se insere numa economia periférica do Continente Europeu, como é o caso de Portugal, as modestas marcas registadas nos seus diversos indicadores de desenvolvimento económico e social estão ainda longe de poderem produzir um sentimento generalizado de satisfação. O processo de ajustamento do nosso País aos novos paradigmas do comércio entre as nações continuou a fazer sentir as suas consequências negativas em várias áreas e sectores da economia e da sociedade, com particular destaque para a subutilização de capacidade produtiva existente, designadamente quanto aos seus recursos humanos.

E, no entanto, são múltiplos e inegáveis os sinais de que, uma vez interiorizada a necessidade de mudança, a sociedade portuguesa é capaz de iniciar e efectuar o processo de transição que a coloque em posição onde os seus factores produtivos possam ser adequadamente aproveitados em benefício da qualidade de vida de todos os seus agentes.

O Banco Português de Gestão, à escala da sua dimensão, é também um sujeito e agente deste processo de mudança. A actividade da instituição não é imune à saúde económica dos seus clientes e a sua presença activa em vários sectores da economia social confere-lhe uma especial sensibilidade e consciência quanto às grandes questões com que aqueles se confrontam, não poucas vezes contribuindo para a busca das melhores soluções que tais questões exigem.

Também o Banco deve ajustar o seu posicionamento em função das alterações que se observam no meio em que se insere, tanto quanto possível antecipando-as e antecipando-se aos seus efeitos.

É, em certa medida, o que temos vindo a fazer nas principais áreas de negócio do Banco:

i) Ao reorientar progressivamente a área de negócios de corporate finance para mercados internacionais, em particular para os países lusófonos, onde a natureza dos trabalhos para os quais o Banco é contratado, sendo consistente com os valores em que o Banco se revê e com as competências que tem desenvolvido, permite a obtenção de interessantes níveis de remuneração;

ii) Ao estabelecer critérios mais exigentes na apreciação do risco de novas operações de crédito e dos clientes que as propõem, reforçando do mesmo passo a frequência com que é feito o acompanhamento dos clientes em carteira;

iii) Ao intensificar as operações nos mercados de capitais, no âmbito da gestão de carteiras por conta de clientes e da carteira própria do Banco, tirando o melhor partido e com notável sucesso das valorizações observadas ao longo do último ano nas várias classes de activos financeiros.

Os frutos desta política não são obteníveis na sua totalidade num único exercício, mas apraz-me salientar que dela já beneficiaram os resultados da actividade desenvolvida pelo Banco em 2006 e que são objecto do relatório e contas ora apresentados. A realização de um resultado antes de impostos de cerca de 1 milhão de euros, sendo um montante ainda bastante aquém do que julgo ser a capacidade potencial da instituição, é certamente um facto positivo digno de registo, sinalizando uma tendência que queremos ver ampliada e reforçada no futuro.

O esforço de adaptação da nossa instituição às novas condições do mercado é contínuo e não poderá dar-se por terminado, exigindo uma avaliação constante das áreas de negócio onde o Banco se encontra a operar e daquelas onde as suas vantagens comparativas permitem esperar um retorno satisfatório do investimento que em cada caso se tenha por adequado.

Um dos próximos desafios com que o Banco se confrontará é o da criação de um número, ainda reduzido, de agências de pequena dimensão, localizadas em alguns dos principais centros urbanos do País, em espaços físicos contíguos aos utilizados por uma seguradora, também esta orientada para servir o sector da economia social. O benefício das sinergias potenciais desta aproximação entre a actividade bancária e

seguradora, expectáveis na maior eficiência de custos e na potenciação de proveitos resultantes de uma maior presença junto da clientela, permitirá ultrapassar uma das mais fortes limitações ao crescimento do Banco e à sua afirmação no mercado.

Mantendo a fidelidade à matriz de valores com que o Banco Português de Gestão foi criado, iremos prosseguir a acção que tem vindo a ser desenvolvida, sem nunca descurar a preocupação de criar valor para os accionistas e de bem satisfazer as necessidades e expectativas daqueles para quem trabalhamos.

O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*.

Relatório do conselho de administração

Enquadramento macroeconómico

A economia portuguesa em 2006

O crescimento do PIB em torno de 1,2% resume, nesta importante variável, a ambivalência com que se pode interpretar o comportamento da economia Portuguesa no ano transacto:

De forma positiva, porque este ritmo de crescimento quase triplica aquele que se verificou no ano anterior, afastando em definitivo o cenário de caracterização da conjuntura doméstica como sendo de estagnação ou recessiva;

Numa perspectiva menos positiva, a verificação do facto de que, com este ritmo de crescimento, a economia portuguesa ter acentuado o seu processo de divergência em relação à média da União Europeia. Efectivamente, o índice do PIB *per capita* nacional, comparado com a média dos 25 países da EU, depois de ter atingido um máximo de 80,3% em 2000, veio desde então a experimentar um constante decréscimo que no último ano se agravou, ao observar-se nesse índice um valor inferior a 70%.

Também as diversas variáveis que habitualmente são convocadas para retratar a conjuntura económica poderão ser arrumadas numa destas duas categorias, consoante a sua evolução tenha sido mais positiva ou menos favorável ao longo de 2006. E aqui vale a pena assinalar uma primeira diferença qualitativa relativamente ao ano transacto, onde então a generalidade dos indicadores apontava para uma única direcção: a do agravamento dos desequilíbrios das contas nacionais.

Efectivamente, é possível identificar algumas grandezas cujo comportamento em 2006 foi francamente positivo, não apenas em função do valor absoluto alcançado na respectiva variação, mas também, ou sobretudo, pelo que tal evolução significa enquanto indicio de uma tendência que venha a permitir recolocar o País na senda da convergência com a União Europeia, interrompida desde o início da presente década.

Neste sentido, a primeira e mais importante nota favorável diz respeito ao comportamento das exportações de bens e serviços, cujo crescimento em 2006 foi estimado em 9,6%. É um desempenho a todos os títulos notável das empresas nacionais que se (re)orientaram para os mercados externos, tão mais assinalável quanto é certo que o fizeram com sucesso apesar da persistência de condições menos favoráveis, como seja a valorização do euro face ao USD e outras moedas, bem como o encarecimento sustentado de alguns dos factores de produção, designadamente os derivados do petróleo, cujas cotações, apesar da quebra verificada na segunda metade do ano, se mantiveram em níveis superiores aos inicialmente previstos. Que esse sucesso tenha estado presente não apenas em sectores produtivos de elevado valor acrescentado mas também em sectores mais tradicionais da exportação nacional, sujeitos à forte concorrência de países com reduzidos custos laborais, é um sinal muito interessante quanto à capacidade já evidenciada por muitas empresas nacionais no sentido de procederem às indispensáveis alterações estruturais, necessárias à boa resolução do binómio produtividade/competitividade.

A segunda nota, também favorável, é relativa ao comportamento das contas públicas nacionais. É de assinalar, em primeiro lugar, o cumprimento por excesso do objectivo do défice implícito no Orçamento de Estado para 2006, uma vez que este deverá vir a situar-se em nível inferior aos 4,6% do PIB inicialmente previstos. Fruto de um conjunto de políticas orientadas não apenas para a maximização das receitas (onde o combate à fraude e evasão fiscais constitui um importante contributo quantitativo e qualitativo), mas também para a contenção das despesas — de notar que o consumo público deu um contributo negativo em 0,2% para o crescimento do PIB — os resul-

tados alcançados neste domínio pela Administração Pública são decisivos para sustentar a credibilidade externa do País, face aos compromissos assumidos decorrentes da sua adesão ao euro e, reflexamente, para a atenuação de alguns dos desequilíbrios macroeconómicos que obstaculizam ao normal desenvolvimento da economia nacional.

O sucesso da execução orçamental do Estado não foi conseguido sem sequelas de alguma importância, com impactos negativos ao nível social e regional, como adiante se fará referência.

Uma terceira nota para comentar o andamento da FBCF, a qual, dando sistematicamente indicações de decréscimo ao longo dos três primeiros trimestres de 2006 (últimos valores disponíveis), evolução a que não é alheia a diminuição do investimento público (do Estado e das autarquias) em consequência das políticas de contenção da despesa pública, encerra contudo um elemento a que não se pode deixar de associar uma percepção positiva. Tal percepção advém do facto de aquele indicador, quando abstraído do sector da construção, apresentar valores mais favoráveis e mesmo francamente positivos no 2.º e 3.º trimestres daquele ano. Não pode deixar de interpretar-se esta divergência de comportamentos como resultante de uma maior aposta dos empresários nacionais em sectores produtivos que não os da construção, o que não pode deixar de considerar-se como uma saudável correcção ao excessivo peso que este sector vinha a apresentar em termos regionais e mesmo nacionais na economia do País.

Os destaques positivos a que se tem vindo a fazer referência têm contraponto em áreas e variáveis cuja evolução não pode deixar de qualificar-se como insatisfatória.

A primeira e mais importante, do ponto de vista social, tem a ver com o desemprego, que se mantém ao nível histórico mais elevado, aproximando-se da média da União Europeia.

Este fenómeno, com incidências sectoriais e regionais bastante diferenciadas, apresenta-se em Portugal com particular acuidade, não apenas porque os sistemas de segurança social aqui vigentes proporcionam coberturas que se comparam desfavoravelmente com a generalidade dos países da EU, mas também porque a estrutura desse desemprego, quer quanto à duração, quer quanto à natureza da procura (primeiro emprego, qualificações dos interessados) indicia preocupantes problemas de desajustamento relativamente à fraca dinâmica da oferta doméstica.

Em segundo lugar, e apesar do bom comportamento das exportações de bens e serviços, observa-se que o défice da balança corrente e de capitais manteve-se elevado em 2006, representando nesse ano 8,7% do PIB (contra 8,6% em 2005). O continuado desequilíbrio desta variável tenderá a colocar tensões sobre o financiamento externo deste défice, com eventuais reflexos negativos sobre as condições em que os emitentes de dívida conseguem colocá-la junto dos investidores externos, aqui se incluindo a própria Banca.

Em terceiro lugar, a variação dos preços, medida pelo IHPC, registou um valor na ordem dos 3% que se compara muito desfavoravelmente com um valor inferior a 2% dos países da zona euro. A persistência e a magnitude deste desvio — que não têm explicação plausível no comportamento dos custos laborais — constituem um factor negativo sobre a competitividade das exportações nacionais e um factor adicional de distorção da repartição do rendimento, em detrimento, uma vez mais, das classes sociais mais desfavorecidas.

Balanceadas as tendências observadas nas principais componentes do PIB e a sua previsível dinâmica, é possível concluir que as perspectivas que se colocam para 2007 e que apontam para um crescimento na ordem dos 1,8%, deverão permitir a consolidação de ganhos já alcançados quanto ao posicionamento concorrencial do nosso tecido produtivo, embora não pareça expectável que nas áreas mais vulneráveis, designadamente quanto ao tecido social, se venham a observar melhorias com a extensão e profundidade que se tem por necessárias.

A conjuntura internacional em 2006 e perspectivas para 2007

A economia mundial em 2006

Segundo as estimativas do FMI, o PIB mundial ter-se-á expandido 5,1% em 2006, ligeiramente acima do ritmo observado em 2005 (4,9%) e pouco abaixo do padrão de crescimento de 2004 (5,3%).

O desempenho da economia global no último triénio é assinalável e constitui um sintoma de robustez e menor vulnerabilidade perante choques, sobretudo atendendo a algumas condicionantes fortemente negativas:

- O elevado preço do petróleo e de algumas matérias-primas básicas;
- O aumento das taxas de juro do dólar;
- O recrudescer dos riscos geopolíticos;
- A ocorrência de algumas catástrofes naturais.

Ainda que não constituindo certamente a única explicação, o fenómeno da globalização acaba por estar subjacente a esse bom desempenho da economia mundial nos últimos anos — o comércio transnacional ultrapassou os 30% do PIB mundial em 2006 — sem prejuízo da existência dos efeitos negativos que, a nível local, tal fenómeno comporta, dando lugar à revivificação de tendências e manifestações de protecção económico, na origem de mais um fracasso na conclusão das negociações multilaterais para a redução de tarifas e obstáculos ao comércio, conduzidas no âmbito da OMC.

O ritmo de crescimento da economia global deverá com grande probabilidade desacelerar, o que poderá ser visto como positivo, atendendo ao estado de quase esgotamento das folgas em alguns mercados de factores produtivos e também devido aos indícios de sobreaquecimento económico, indiciado por tensões inflacionistas em algumas importantes economias nacionais.

O abrandamento da actividade, se moderado e controlado, contribuirá para uma maior sustentabilidade da expansão mundial a prazo, um processo com menor participação da maior economia mundial (EUA) e com uma expansão da riqueza mais repartida globalmente. Para tal concorrerão as economias emergentes, cujo crescimento deverá permanecer robusto, suportando uma desaceleração mais evidente no grupo das três maiores economias mundiais — EUA, Japão e UE.

Em relação aos riscos mais evidentes, os principais factores potencialmente perturbadores concentram-se sobretudo no comportamento dos EUA.

Apesar da menor vulnerabilidade dos restantes blocos económicos mundiais, a economia global não está imune à forma como venha a evoluir a economia norte-americana, sobretudo se o arrefecimento for mais abrupto do que o desejável.

Ainda que reduzida, a probabilidade de ocorrência de um cenário de recessão nos EUA não é nula, pelo que deverá ser incorporada e cuidadosamente monitorizada ao longo de 2007.

Os mercados financeiros: perspectivas para 2007

Taxa de juro:

Os *yields* continuam a apresentar tendência de queda, justificada nos EUA pelo acumular de sinais de desaceleração da actividade económica, alívio das pressões inflacionistas e receios relativamente às consequências que a desaceleração do mercado imobiliário poderá desempenhar no ritmo de perda de vigor da economia norte-americana.

Na Europa, onde os indicadores económicos revelam alguma robustez, a prioridade das autoridades monetárias está claramente centrada sobre o controlo das tensões inflacionistas, através da apertada monitorização dos agregados monetários e do crescimento do crédito.

No decorrer de 2006, o BCE subiu as taxas de juro por cinco vezes, reagindo a um cenário de fortalecimento da actividade económica e ao acentuar de pressões inflacionistas. A taxa de refinanciamento foi colocada em 3,50%, 125 *bps* acima do verificado no início do ano. No entanto, este movimento não tem sido completamente incorporado na curva de taxas de juro. Enquanto que no segmento de dois anos se registou um aumento de cerca de 100 *bps* durante 2006, no prazo de dez anos essa subida ficou-se pelos 60 *bps*. Tal significa que se observou uma queda da inclinação da curva de rendimento, indiciando um maior prémio exigido pelos investidores nas maturidades mais longas. Em consequência, a pressão descendente sobre os *yields*, em primeiro lugar não é tão evidente como nos EUA e, em segundo lugar, está a ser sujeita a uma maior volatilidade.

Em síntese, as inclinações das curvas de rendimento do USD e do EUR estão neste momento bastante próximas, ambas com uma caracterização tendencialmente *flat*. Historicamente, esta caracterização costuma indiciar um cenário de desaceleração económica e uma antecipação de política expansionista por parte da autoridade monetária, cenário com maior probabilidade de ocorrência nos EUA do que na EU, no futuro próximo.

Os mercados accionistas:

Para 2007, a média das projecções apontam para uma rentabilidade de 11% nas acções europeias e para 9% para o mercado americano.

Na Europa, está-se a viver um momento favorável aos mercados accionistas, suportado por boas notícias quanto aos fundamentais das empresas e na evidência de que as reformas e os investimentos por estas encetados estão a produzir os resultados desejáveis em termos do crescimento do seu valor.

Embora as empresas europeias e americanas sejam, crescentemente, entidades globais dependendo, cada vez menos, das idiossincrasias de

uma economia específica, pode estar-se perante um período de excesso de complacência dos investidores face ao risco destes mercados.

Por um lado, apesar da maior robustez da economia europeia e menor dependência do sector externo, esta não se encontra isolada da sorte dos EUA, pelo que uma aterragem mais brusca dos EUA contagiá-la-ia inevitavelmente.

Por outro lado, a significativa alteração do nível em que se encontra suportado o preço do petróleo, poderá ter efeitos importantes na sustentação ou inversão da valorização dos mercados accionistas.

É certo que o aumento do preço do petróleo veio a pressionar as margens das empresas e o seu valor potencial, mas por outro lado, a geração de elevados *superavits* externos dos países exportadores de petróleo e de outros mercados emergentes, tem aportado uma expressiva liquidez aos mercados financeiros, favorecendo o segmento accionista. Em consequência, a súbita alteração deste *status quo*, em resultado de significativa e rápida alteração do preço do petróleo, pode ter severas consequências sobre as percepções dos agentes que investem naqueles mercados.

A taxa de câmbio EUR/USD:

O mercado cambial viu, nos últimos tempos, reaparecer o *bullish trend* do euro, que se encontrou em latência durante grande parte do ano de 2006. Neste período formou-se um intervalo largo de variação lateral entre 1.25 e 1.33 dólares por euro, que reflecte dúvidas quanto ao ponto de viragem no ciclo americano e o arranque definitivo na área da moeda única europeia.

Para 2007 poderemos esperar a continuação de um euro forte, no entanto deveremos ter em consideração os seguintes factores:

Reservas cambiais dos bancos centrais, principalmente a política a assumir pelo People's Bank of China;

Desenvolvimento das questões geopolíticas em relação aos EUA;

Diferenças dos ciclos económicos e da política monetária nos EUA e na zona euro;

Situação do *twin deficit* nos EUA.

Parece provável que a médio prazo se mantenha a actual tendência de subida do euro, sendo o actual objectivo a aproximação ao patamar máximo de sempre (1.35/1.40). O ponto temporal mais sensível será quando for mais perceptível ao mercado a decisão de descida das taxas de juro americanas, e esse facto conjugar-se com a continuação do movimento de subida dos juros na zona euro.

Síntese da actividade desenvolvida pelo BPG em 2006

Corporate finance

O mercado dos serviços financeiros, com natureza de banca de investimento tem vindo a assistir, no mercado português, a uma redução drástica de oportunidades, fruto do fim do ciclo de privatizações e mesmo de estagnação das grandes operações de PPP ou de *project finance* e num pano de fundo de uma redução expressiva dos indicadores de investimento privado, o que levou a maioria dos bancos de investimento a posicionarem-se perante todas e quaisquer oportunidades.

É neste ambiente altamente concorrencial, a que acresce não dispomos de uma rede consolidada de distribuição própria ou do acesso a uma tal rede oriunda de terceiro, que a área do *corporate finance* do BPG tem de actuar.

E se é certo que há que aprofundar o trabalho junto do segmento das instituições da economia social onde continua a existir um potencial de originação ainda significativo, a verdade é que isso só por si não basta para viabilizar o contributo que uma tal área pode e deve ter na consolidação e expansão do nosso Banco.

Daí que em 2006 se tivesse vindo a consolidar a acção já anteriormente iniciada e que visava uma actuação dessa nossa Área no espaço das economias dos Países de Língua Oficial Portuguesa, pois aí emergem oportunidades dificilmente verificáveis se limitados ao espaço nacional.

A aposta numa tal acção mostrou ser altamente positiva e conduziu à obtenção de resultados muito interessantes, apesar da exiguidade dos recursos humanos nela directamente utilizados. Marcou-se presença nos mercados de Angola, Brasil e São Tomé e Príncipe e abriram-se perspectivas promissoras em Moçambique e Timor-Leste.

O aproveitamento pleno das oportunidades que uma tal acção abre implica, a par de um redimensionamento adequado dos meios humanos disponíveis, a participação directa do Banco ou dos seus accionistas, nas operações empresariais que o Banco estrutura para os seus clientes. Isto sempre numa óptica de optimização dos riscos envolvidos.

O que se advoga, pois, é uma refocagem ou evolução estratégica da actual tipologia do *corporate finance* a que acresceriam alguns conteúdos de banca de negócios, sendo certo que tal refocagem só será eficiente se o Banco conjugar a sua *network* de contactos nestas economias e as suas curvas de experiência para promover ou participar numa unidade de banca de negócios.

Banca comercial

A direcção de banca comercial é o órgão de estrutura do Banco que assegura a função comercial no âmbito da respectiva área de actuação, sendo esta definida pelo enfoque em segmentos de clientela no território nacional e procurando privilegiar as instituições da economia social.

São atribuições desta direcção as funções de promoção, negociação, proposta a conselho de crédito e implementação das operações bancárias passivas e activas.

Apesar da continuação da conjuntura económica adversa em 2006 a actuação desta área, centrou-se sobretudo no sentido da angariação de operações de crédito pelo enfoque em segmentos de rentabilidade, sofisticação e solidez que satisfizessem os mais exigentes critérios de qualidade, bem como na gestão activa de carteira de clientes existentes por forma adequar o perfil das operações/clientes aos objectivos estabelecidos pelo BPG.

A carteira global de crédito e de garantias bancárias atingiu, em Dezembro de 2006, o montante de cerca de 63,3 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 5,7 milhões de euros (+ 9%) desde Dezembro de 2005 (incluindo as operações objecto de venda de créditos ocorridas em Dezembro de 2006). Em termos de crédito e garantias contratadas atingiu-se o volume de 85,5 milhões de euros representando um crescimento de cerca de 18 milhões de euros (+ 27%) face a Dezembro de 2005 (incluindo as operações objecto de venda de créditos ocorridas em Dezembro de 2006).

A gestão activa do risco de crédito permitiu que o volume de crédito em incumprimento tivesse evoluído de forma muito satisfatória no corrente exercício, permitindo uma acentuada melhoria nos indicadores de qualidade da carteira de crédito.

Manteve-se a preocupação de obviar a uma concentração sectorial expressiva, encontrando-se o crédito concedido disperso de forma equilibrada por vários sectores de actividade e por várias regiões do País.

O peso da economia social na carteira de crédito ascende, neste momento, a cerca de 15% da carteira total de crédito utilizado.

Regista-se que mais de 53% do crédito utilizado se encontra contra garantido por garantias reais.

Em Dezembro de 2006 foram efectuadas vendas firmes a uma instituição de crédito de parte da carteira de crédito no valor global de cerca de 20 milhões de euros sendo cerca de 12 milhões de euros de crédito utilizado e 8 milhões de euros de linhas de crédito ainda não desembolsadas.

A venda referida no ponto anterior insere-se dentro da política de gestão activa da carteira de crédito e da validação pelo mercado das operações/clientes angariados; permitiu ainda ao Banco reforçar os meios financeiros para realizar novas operações junto dos seus clientes, designadamente nos sectores onde a desmobilização de crédito verificada virá a permitir a assunção de riscos adicionais de crédito.

Em 2007 a banca comercial pretende continuar a expandir a sua carteira de crédito com operações de bom risco e com um esforço para o aumento do valor médio das operações não descurando a rentabilidade, a sofisticação das operações e tendo ainda como objectivo o aumento do peso da economia social na carteira de crédito.

Mercados financeiros

Uma das mais importantes missões confiadas à direcção de mercados financeiros diz respeito à execução de operações de tomada e aplicação de fundos e de intervenção nos mercados de taxa de juro e cambiais, tendo em vista a implementação das políticas de cobertura de risco definidas pelo órgão competente do Banco.

No exercício de 2006, as orientações definidas tornaram desnecessária a realização de operações para cobertura de risco de taxa de juro. Por outro lado, o risco derivado da reduzida exposição longa em moeda (USD) existente em balanço foi sistematicamente neutralizado através da aquisição para a carteira de negociação de posições curtas de similar dimensão na mesma moeda. Os resultados negativos registados nestas posições tendem a ser compensados pelos resultados obtidos nas posições abertas no balanço do Banco.

Assim, e para além da análise de mercados e do suporte técnico às decisões de cobertura de risco, o desempenho das funções ALCO por parte da DMF concentrou-se sobretudo na área de gestão da liquidez do Banco, através da qual foram gerados proveitos líquidos comen-

suráveis com o saldo positivo entre aplicações e tomadas de fundos que, de uma forma geral, tem caracterizado a posição de tesouraria do Banco.

A importância destas funções não prejudicou o desempenho da DMF nas áreas de negócio que lhe estão confiadas no domínio da intermediação financeira, onde se destacam, pela qualidade e dimensão dos resultados obtidos, a gestão da carteira própria do Banco e a gestão de carteiras por conta de clientes.

Enquanto na gestão da carteira própria do Banco, a DMF prossegue orientações e limites nas decisões de investimento que são definidos regularmente pelo órgão próprio da instituição (comité de investimento), já no que se refere à gestão discricionária de carteiras de clientes, desenvolvendo-se a mesma no quadro contratual estabelecido com cada um deles, pressupõe por parte dos respectivos gestores uma mais ampla autonomia nas decisões de investimento.

Num e noutro caso, o exercício de 2006 foi amplamente compensador. Num ano em que os valores mobiliários de renda variável tiveram uma acentuada valorização, os investimentos do Banco nesta família de activos proporcionaram uma rentabilidade anual superior a 20%, obtida num contexto de aplicações bastante diversificadas, quer quanto à sua tipologia (acções, fundos), quer quanto a sectores e países/regiões. A diversidade dos investimentos efectuados, aí se incluindo aplicações em fundos de retorno absoluto, de baixo risco e, consequentemente, de menor rentabilidade) contribuiu significativamente para a redução da volatilidade da carteira e do correspondente risco de mercado.

No domínio da gestão de carteiras por conta de outrem, cujo volume e número de clientes registaram um incremento muito satisfatório ao longo do último exercício, pode concluir-se pela obtenção de excelentes resultados do trabalho aí realizado. Efectivamente, o volume dos patrimónios sob gestão discricionária do BPG cresceu entre o final de 2005 e o final de 2006 a uma taxa superior a 64% e se é certo que uma parte desse incremento se deve à valorização das carteiras, também é certo que essa dinâmica também é tributária do aumento do número de clientes e dos patrimónios que os mesmos confiam ao Banco Português de Gestão. De notar ainda que na generalidade dos casos, os *benchmarks* de rentabilidade contratados com estes clientes foram largamente ultrapassados, dando lugar ao pagamento dos prémios contratualmente previstos nessas circunstâncias, assim acrescentando ao importante contributo dado por esta área de actividade aos resultados apresentados pelo Banco.

A intermediação financeira (compra e venda de valores mobiliários por ordem de clientes), sendo normalmente uma actividade com reduzida expressão na economia do Banco, veio também a produzir interessantes resultados no total das comissões auferidas, fruto, naturalmente, da maior intensidade de movimentações no mercado de capitais de que o ano de 2006 foi palco, aí se incluindo a praça portuguesa que se mostrou particularmente activa, designadamente por via do lançamento das OPA sobre a PT e sobre o BPI, ainda não concluídas, como também através da IPO da GALP e da privatização em bolsa de parte do capital da Portucel.

A qualidade do desempenho da direcção de mercados financeiros em 2006, de resto, em linha com a qualidade do trabalho realizado no ano transacto, comprova os bons fundamentos da aposta da intervenção do Banco Português de Gestão nesta área de negócios, onde a maior dimensão das equipas e dos capitais envolvidos não são condição necessária, nem tão pouco suficiente, para conseguir resultados gratificantes para os clientes e, reflexamente, para a instituição.

Economia social

Desde a sua constituição que o Banco Português de Gestão considera a economia social um dos eixos fundamentais da sua actuação. Para o efeito constituiu o NPES — Núcleo de Promoção da Economia Social — o qual tem por missão o apoio aos clientes da economia social através da levantamento, elaboração, estruturação e implementação de operações de crédito e do acompanhamento dos *dossiers* de assessoria.

A actuação do NPES em 2006 centrou-se sobretudo nos seguintes vectores:

Reforço da relação com os clientes tradicionais do BPG na área da economia social, nomeadamente: cooperativas de habitação, IPSS, santas casas da misericórdia e fundações;

Alargamento da área de actuação a sectores da economia social ainda não cobertos pelo BPG e a entidades que intervêm activamente junto das instituições da economia social. A abordagem atrás referida teve como principal objectivo assegurar uma oferta mais completa de serviços e produtos aos clientes da economia social assim como a de garantir o crescimento futuro do BPG no sector.

A actuação nos dois vectores acima referidos caracterizou-se por um incremento significativo do número de operações e de montantes

de crédito contratados assim como na prestação de serviços prestados a clientes da economia social.

A percentagem de crédito utilizado e contratado junto de clientes da economia social apresentou a seguinte evolução face à totalidade da carteira de crédito:

	(Em percentagem)	
	2005	2006
Crédito utilizado	9	15
Crédito contratado	13	22

O crescimento da carteira de crédito (crédito utilizado) da área da economia social registou um crescimento de cerca de 51% face a Dezembro de 2005.

Os processos de reestruturação de entidades de economia social assumiram particular importância no âmbito do trabalho desenvolvido pelo NPES, em resultado do qual se conseguiu dotar algumas instituições de instrumentos de gestão mais consentâneos com os seus objectivos sociais e com os novos desafios que a evolução económica e social lhes irá certamente colocar.

As santas casas da misericórdia, cooperativas e IPSS continuaram a merecer uma especial atenção na actividade desenvolvida pelo Banco Português de Gestão, nomeadamente nos sectores relacionados com o desenvolvimento social e local.

Acreditando que as necessidades sentidas pelos agentes da economia social apelam a uma solução cada vez mais complexa e diversificada, o Banco Português de Gestão tem vindo a reforçar a parceria já estabelecida com a Companhia de Seguros Sagres, entidade, que pelos seus valores e preocupações sociais se afigura cada vez mais como um parceiro de peso para o Banco, potenciando sinergias e maior valor acrescentado para os clientes.

Auditoria interna

Em consonância com as recomendações do Banco de Portugal e do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, a função auditoria interna é exercida na dependência directa do presidente do conselho de administração e com um âmbito de actuação abrangendo todos os órgãos e actividades da instituição. Tem como objectivos genéricos actuar no sentido de preservar a segurança das operações e a protecção dos activos, promover a eficácia e a qualidade dos serviços e assegurar o respeito pelas deliberações do conselho de administração e o cumprimento da legislação em vigor, das instruções e normas emanadas pelas entidades de supervisão e dos regulamentos internos do BPG.

Compete à função auditoria interna proceder à verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas e procedimentos internamente definidos e monitorizar de forma contínua o sistema de controlo interno, submetendo ao conselho de administração informação das suas intervenções.

O BPG pauta o exercício da sua actividade pelo respeito pelos mais elevados padrões éticos e pelo escrupuloso cumprimento da legislação, regulamentos e códigos de conduta. À função *compliance*, instituída conforme instrução do Banco de Portugal e recomendação do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, compete actuar no sentido de garantir o cumprimento desta política e com o objectivo de minimizar o risco de o Banco incorrer em sanções ou prejuízos financeiros ou de ordem reputacional por incumprimento de legislação, códigos de conduta ou normas de boas práticas. É assim sua atribuição avaliar os procedimentos seguidos e propor alterações se tal se mostrar adequado.

Atenta a dimensão do Banco, entendeu-se conveniente promover a coordenação das tarefas distribuídas às funções auditoria e *compliance* por forma a evitar duplicação de esforços e orientar os recursos humanos a essas áreas afectos no sentido de maximizar o benefício dos respectivos desempenhos.

Assim, e sem prejuízo da atenção a outras tarefas de *compliance*, é prioridade desta área avaliar e pronunciar-se sobre as condições legais e regulamentares que o Banco deve ter por asseguradas, sempre que pretenda oferecer um novo serviço bancário aos seus clientes e ou onde a alteração dos normativos existentes conduza à necessidade (ou à conveniência) de assegurar novos procedimentos ficando a execução de testes para verificação do cumprimento dos procedimentos de *compliance* prioritariamente afecta à função auditoria.

No âmbito da actuação das funções *compliance* e auditoria, foram desenvolvidas tarefas de verificação do cumprimento da política e procedimentos de *compliance* com especial enfoque nos aspectos relacionados com o risco legal, entendido como o risco de perdas em resultado de não conformidade com a regulamentação em vigor, designadamente por não alteração de métodos face a nova legislação

ou por práticas não conformes com a documentação exigida por lei. Pela sua abrangência, contemplando verificações que conduziram a adopção de alterações em normas ou em formulários ou ainda em procedimentos, referem-se as acções desenvolvidas na sequência das mais recentes normas instituídas pelas entidades de supervisão no respeitante a tratamento de operações com valores mobiliários e a procedimentos de abertura e manutenção de contas, bem como no que se refere à prática de arredondamentos de taxa de juro em contratos de crédito à habitação.

Gestão global de riscos

A actividade bancária encontra-se sujeita a uma multiplicidade de riscos, alguns deles de natureza sistémica, que impõem à gestão e às autoridades de supervisão uma particular atenção quanto aos sistemas de controlo e de possível antecipação de situações críticas que possam colocar em crise a liquidez e a solvabilidade de uma instituição e, reflexamente, do próprio sistema financeiro.

O II Acordo de Basileia e os normativos daí decorrentes constituem o mais recente resultado da manifestação das preocupações sistémicas do risco inerente à actividade desenvolvida pelas instituições de crédito e sociedades financeiras. Deve desde logo sublinhar-se como positiva a evolução verificada sobre o I Acordo de Basileia, no sentido de serem consideradas alternativas metodológicas diferenciadas quanto ao cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios em função dos vários riscos incorridos, susceptíveis de serem adoptadas pelas várias instituições em função da sua capacidade e interesse em criar e desenvolver modelos próprios de mensuração e controlo desses riscos.

Esta característica mais plástica do II Acordo de Basileia é particularmente importante para uma instituição como o Banco Português de Gestão, cuja dimensão, estrutura orgânica e natureza das principais linhas de negócio prosseguidas dificilmente se compatibilizam, por ora, com a geração das bases de dados necessárias aos modelos mais avançados de gestão de alguns dos riscos considerados para efeitos da determinação de fundos próprios mínimos.

O facto de o Banco Português de Gestão ter manifestado oportunamente junto da entidade de supervisão a sua opção pelas metodologias mais simplificadas, constantes dos normativos decorrentes de Basileia II, não significa uma menor atenção quanto aos riscos inerentes à actividade desenvolvida, corresponde antes ao reconhecimento da sua melhor adequação à estrutura operacional e dimensional da instituição, no presente estágio da sua evolução.

As notas anexas ao balanço e contas contêm informação pormenorizada e quantificada quanto à exposição do Banco aos principais riscos ditos de carteira ou de balanço (risco de crédito, cambial, de taxa de juro, de mercado, de liquidez, etc.), pelo que, em sede do presente relatório, far-se-á sobretudo referência às políticas que os órgãos competentes do Banco têm estabelecidas para a gestão e controlo desses riscos.

Assim, e quanto ao risco de liquidez, não deixando de observar que o Banco tem desfrutado de forma consistente de uma posição global de cedente de fundos ao sistema financeiro nacional, tal não impede que tenham sido tomadas com antecipação as necessárias medidas para atender aos compromissos de tesouraria em cenários onde fontes normais de financiamento (depósitos de clientes complementados pontualmente por tomadas de fundos em mercado monetário) momentaneamente sofram reduções significativas ou se tornem indisponíveis. Nesse sentido se inscrevem acordos de facilidade de crédito celebrados com duas instituições de primeira linha do sistema financeiro nacional, em montantes que globalmente representam mais de metade dos depósitos de clientes, a serem utilizadas pelo Banco Português de Gestão em função das suas conveniências e necessidades. A gestão do risco de liquidez, caracterizada por prudência que se poderia qualificar de excessiva, conduz a uma menor eficiência na gestão da tesouraria do Banco, mas sinaliza abundantemente a importância que é atribuída a este risco, a que as instituições de menor dimensão, como é o caso do BPG, são particularmente vulneráveis em situações de tensão sistémica.

Em contrapartida, o risco cambial não suscita especial cuidado na sua monitorização, à luz da reduzida expressão das posições em moeda existentes no balanço. No entanto, independentemente da dimensão dessa exposição, tem sido política do Banco procurar o *offset* sistemático dessa exposição através da tomada de posições em derivativos de sinal simétrico na carteira de negociação, anulando ou minimizando para montantes negligenciáveis os riscos de perda decorrentes da evolução cambial USD/EUR, única relação relevante neste específico contexto.

De igual forma, o risco de taxa de juro não representa para o BPG uma variável que justifique uma intervenção activa para efeitos da sua cobertura. Não deixando de acompanhar atentamente as tendên-

cias desse mercado e bem assim os seus efeitos actuais e potenciais sobre a margem financeira e sobre os fundos próprios da instituição, a verdade é que o relativo equilíbrio da estrutura de activos e de passivos sensíveis à variação da taxa de juro tem proporcionado um *hedging* natural que torna desnecessária uma mais activa cobertura desse risco.

O risco de mercado é objecto de acompanhamento por um órgão específico do Banco — o Comité de Investimento — ao qual cabe, para além dessa função, a definição das políticas de investimento para a carteira própria do Banco, aí se incluindo o estabelecimento de limites de contrapartes e bem assim os limites de investimento nas carteiras de negociação e de investimento em cada uma das várias famílias de activos, em função da percepção de risco e dos objectivos de rentabilidade adstritos a essas carteiras. A definição de níveis de *stop loss*, com base em modelos VaR assentes em medidas de volatilidade dos títulos detidos em carteira constitui um dos principais instrumentos da gestão do risco de mercado em que incorre a actividade desenvolvida pelo BPG. De notar que as restrições impostas pelo Comité de Investimento na política de investimentos do Banco tornam irrelevantes, porque inexistentes, determinados riscos específicos de mercado, como seja o risco em *commodities*.

No que se refere ao risco de crédito, em virtude da importância relativa desta área de negócio na economia da instituição, este é um domínio onde o Banco tem efectuado um maior esforço no sentido da melhoria da qualidade e quantidade das informações na base das quais são tomadas decisões de concessão de crédito, bem como quanto à intensidade e frequência do acompanhamento dos clientes com crédito concedido, no sentido de prevenir a ocorrência de situações de mora e de incumprimento por parte destes. A evolução evidenciada nos indicadores de qualidade da carteira de crédito do Banco, sendo significativamente positiva, não dispensa a continuação desse esforço que, sendo compreendido e acompanhado pelos clientes, a estes também aproveita, face a melhores termos e condições de que acabam por beneficiar aqueles satisfazem requisitos mais exigentes de informação.

Uma nota final para comentar o risco operacional, um risco multi-forme e de importância claramente em ascensão, face à crescente complexidade regulamentar e legislativa a que a actividade bancária se encontra sujeita. É certo que a simplicidade da estrutura orgânica do Banco e a relativa convencionalidade dos negócios desenvolvidos limitam extraordinariamente a incidência deste risco. No entanto, quer o crescimento natural da actividade da instituição e a sua expansão para novos produtos e mercados, quer a crescente vulnerabilidade das sociedades em geral, mesmo das mais bem organizadas, a actos de agressão exterior, quer ainda as crescentes exigências de regulação e regulamentação da actividade do sector, colocam novos desafios à gestão do risco operacional, conferindo-lhe novas prioridades na gestão global de riscos do Banco Português de Gestão.

Perspectivas da actividade do BPG para 2007

São vários os desafios que se colocam ao Banco neste exercício que ora se inicia.

Na frente interna, ganham maior relevância a continuação e o aprofundamento do trabalho que tem vindo a ser realizado, quer na adaptação dos seus sistemas de informação e contabilísticos às necessidades impostas pela adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas e eventual evolução para o sistema de Normas Internacionais de Contabilidade, quer na preparação dos requisitos exigidos pelos normativos decorrentes do Acordo de Basileia II e da sua transposição para o quadro legal nacional.

Neste último âmbito, a opção pelas alternativas metodológicas mais simplificadas, que se têm por ajustadas à dimensão e natureza das actividades desenvolvidas pelo Banco, é também justificada pela dimensão dos capitais próprios da instituição, que lhe facultam *ratios* de solvabilidade extremamente confortáveis e que não representam uma restrição significativa ao crescimento do seu balanço. No entanto, e porque o processo de Basileia II não pode ser reduzido meramente à determinação de requisitos mínimos de capitais próprios, entende-se igualmente ser esta uma oportunidade de revisão e aprofundamento dos mecanismos e sistemas de controlo de risco e de divulgação de informação sobre os mesmos, áreas em que o trabalho a desenvolver poderá permitir, se tal se revelar apropriado, evoluir para metodologias mais complexas e mais eficientes para a determinação dos requisitos de capitais próprios.

No que às áreas de negócio se refere, o Banco deverá dar continuidade e aprofundar as orientações já estabelecidas e que têm provado ser eficientes na utilização dos recursos e eficazes na obtenção de resultados positivos para a instituição.

É o caso da prestação de serviços de *corporate finance*, onde a deslocação do foco para os mercados dos países lusófonos e ou para os

clientes nacionais que nesses países têm ou pretendem desenvolver os seus interesses, tem permitido ao Banco Português de Gestão responsabilizar-se por dossiers de envergadura e complexidades significativas e cuja boa conclusão se reveste de acrescentado prestígio para a instituição. Esta linha de trabalho deverá ser prosseguida e, onde apropriado e compatível com os seus interesses e valores, poderá ser acompanhada de participação temporária do Banco no negócio criado ou a criar pelo cliente, assim se acrescentando uma componente de banca de negócios à vertente de *corporate finance*, consolidando a importância que esta área de negócios tem evidenciado para a economia global do Banco desde o início da sua actividade.

Também na área de mercados financeiros, a linha de trabalho que foi prosseguida em 2006, orientada para o incremento do volume de carteiras de clientes sob gestão discricionária, provou produzir resultados que, sendo muito satisfatórios para os clientes deste serviço, tiveram da parte destes uma acrescida confiança a que correspondeu um acréscimo importante dos seus patrimónios objecto de contrato de gestão com o Banco Português de Gestão. Às competências comprovadamente existentes nesta área do Banco, outras serão aditadas, por forma a procurar responder sem perda de qualidade às exigências e expectativas de um número crescente de clientes, quer institucionais, quer particulares, que encontram no Banco Português de Gestão o nível de serviço adequado às suas necessidades. Naturalmente, procurar-se-á retirar idêntico partido dessas competências profissionais na gestão da carteira própria do Banco, sob orientação e controlo do órgão criado para o efeito (Comité de Investimentos).

A área de banca comercial deverá manter o seu foco sobre a economia social, sem prejuízo de também basear o seu crescimento na procura de oportunidades de negócio nos sectores público e privado, em função de cuidada selecção de clientes, onde, para além da sua tipologia e natureza da actividade desenvolvida, as considerações de risco e de *pricing* serão determinantes.

Esta área de negócios poderá vir a sofrer uma importante alteração qualitativa, por força da concretização de um projecto que o Banco tem vindo a estudar desde há algum tempo.

Trata-se da criação de um conjunto de balcões de pequena dimensão, a localizar em alguns dos mais importantes centros urbanos, associando-se nessa expansão ao projecto de criação de novos balcões lançado por uma empresa seguradora, também ela fortemente identificada com o sector da economia social. A possibilidade de ser desenvolvida uma colaboração institucional com este parceiro ao nível da partilha de custos e da prestação de serviços diversificados a clientes que, em larga medida, serão comuns, permitirá ao Banco desenvolver da forma mais eficiente uma relação de proximidade com o mercado que, até à data, não foi possível nem oportuno assegurar.

Análise das demonstrações financeiras do Banco

O balanço do Banco Português de Gestão no final de 2006 tem praticamente a mesma dimensão verificada no final de 2005 (o acréscimo observado é de cerca de 1,3 milhões de euros). A estabilidade evidenciada na comparação homóloga do total das rubricas de balanço no final de cada um daqueles exercícios deve ser temperada com algumas indicações complementares quanto à dinâmica observada ao longo do último ano em algumas das suas principais rubricas.

Cumprir assinalar, em primeiro lugar, que o Banco, prosseguindo uma estratégia de gestão activa da sua carteira de crédito, já implementada com sucesso em anos anteriores, acordou com outra instituição de crédito a compra e venda de parte dessa carteira, transacção esta concluída no final do ano transacto, com a realização de um proveito em linha com o *fair value* atribuído à carteira objecto de venda. Em consequência desta operação, o volume de crédito em balanço sofreu uma redução por desreconhecimento dos activos financeiros alienados, observando-se em contrapartida um crescimento assinalável dos meios líquidos da instituição e das suas aplicações em instituições de crédito nacionais.

Esta estratégia de gestão activa da carteira de crédito, limitadora, é certo, de um maior crescimento orgânico do balanço da instituição, tem permitido assegurar, a par da obtenção de resultados interessantes de que beneficia a conta de exploração, a renovação dos meios necessários ao financiamento desta actividade do Banco, dispensando o recurso à emissão adicional de dívida. Do mesmo passo, esta política, ao proporcionar a redução da exposição do Banco a clientes, permite, em determinadas circunstâncias, aumentar-lhes o *plafond* de crédito disponível sem que por isso se qualifiquem como um grande risco, nos termos estabelecidos nos normativos aplicáveis do Banco de Portugal. A política prosseguida pelo Banco nesta matéria tem sido assim bem compreendida pela generalidade dos clientes cujos créditos são objecto de cessão e a experiência já acumulada permite concluir

que esse entendimento não prejudica a manutenção e reforço da relação comercial com eles estabelecida.

A carteira própria do Banco registou um incremento particularmente acentuado na rubrica de activos detidos para negociação, em consequência da política que a esse propósito foi oportunamente definida pelo órgão competente da instituição, tendo em conta a leitura do comportamento dos mercados e a percepção de risco associada a cada classe de activos.

De notar que um dos títulos classificados na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, mensurado ao justo valor, registou uma notável valorização, daí decorrendo uma importante mais valia potencial cujo valor, nos termos dos normativos aplicáveis, é levado a reservas de reavaliação, com o correspondente incremento dos fundos próprios da instituição.

A estrutura e dimensão dos passivos mantêm-se em níveis praticamente semelhantes aos do ano anterior, assinalando-se uma variação positiva dos depósitos captados a clientes e a correspondente diminuição de fundos tomados junto de instituições de crédito.

A contrário, as contas extra patrimoniais apresentam um crescimento expressivo resultante do cúmulo dos seguintes contributos para esse aumento:

- i) Responsabilidades decorrentes de contratos de gestão celebrados com as entidades adquirentes dos créditos objecto de cessão;
- ii) Responsabilidades pelo depósito e guarda de títulos, designadamente dos vários clientes que têm contratado com o Banco a gestão discricionária das respectivas carteiras;
- iii) Responsabilidades pela concessão de crédito parcialmente ainda não utilizado pelos clientes.

No que se refere à conta de exploração, merecem destaque as seguintes notas:

a) Estagnação da margem financeira, o que bem se compreende face à estabilidade do volume dos activos remunerados e à preferência, na renovação da carteira de crédito, por activos de melhor qualidade de risco, ainda que com relativo sacrifício do *spread* contratado;

b) Obtenção de um importante proveito líquido em comissões, quer provenientes da actividade de banca comercial, quer geradas pela actividade de gestão de carteiras e da intermediação financeira, sendo estas últimas as principais responsáveis pelo aumento verificado nesta rubrica, quando comparados idênticos conteúdos entre 2005 e 2006;

c) Redução nos proveitos obtidos com a prestação de serviços de *corporate finance*, facto que não tem correspondência na redução de mandatos e do respectivo valor conseguidos em 2006, sendo antes explicada pelos clausulados contratuais que impedem o reconhecimento de proveitos sem que tais mandatos sejam dados por satisfatoriamente concluídos;

d) A cessão de créditos efectuada permitiu registar uma mais-valia significativa, a qual não tem correspondência em idêntica rubrica por operações semelhantes realizadas em anos anteriores, por força da diferente natureza das obrigações contratuais em cada caso acordadas pelas partes envolvidas nessas operações;

e) Os custos de transformação (custos com pessoal e gastos gerais administrativos) tiveram um crescimento contido ao nível da taxa de inflação registada em Portugal, com particular relevo para os gastos gerais administrativos, onde se observou um decréscimo relativamente ao ano anterior;

f) A estrita observação dos normativos aplicáveis quanto ao provisionamento dos activos financeiros, designadamente no que se refere a crédito concedido e a contas a receber, determinou um ligeiro incremento das provisões específicas;

g) A rubrica de impostos pagos e a pagar, mesmo tendo em consideração que aí se encontra incluída uma verba relativa a montantes devidos por exercícios anteriores, é muito significativa, indiciando tão só que a natureza das actividades desenvolvidas pelo Banco não permite tirar partido dos benefícios ou isenções fiscais que comumente aproveitam a operações e actividades desenvolvidas por outras instituições de crédito.

Com todas as vantagens e inconvenientes associados à natureza global e pontual dos indicadores de gestão referidos na instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, reconhece-se-lhes uma qualidade de rápida apreensão e de universalidade quanto ao seu conteúdo, suficientes para justificar a sua apresentação, referidos a 31 de Dezembro de 2006 e que resumem

nessa data a situação financeira do Banco Português de Gestão, nos termos seguintes, reflectindo genericamente uma melhoria significativa sobre o ano anterior, em particular no que se refere à rentabilidade e eficiência da instituição:

(Em percentagem)		
	2006	2005
A) Solvabilidade:		
1 — FP/(Req. FP*12,5%)	47,7	41,9
2 — FP base/(req. FP*12,5%)	47,2	41,5
B) Qualidade do crédito:		
3 — Crédito com incumprimento/CT	1,80	2,74
4 — Crédito com incumprimento líquido/CT líquido	0,87	1,93
C) Rentabilidade:		
5 — RAI/ATV líquido médio	0,75	0,21
6 — Produto bancário/ATV líquido médio	4,37	3,02
7 — RAI/CPP médio	2,48	0,67
D) Eficiência:		
(CST funcionamento+amortizações)/produto:		
8 — Banc.	81,39	125,32
9 — CST PES/produto bancário	47,80	73,97

Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2006, o Banco Português de Gestão obteve um resultado depois de impostos de 641 588,78 euros.

Considerando que o montante dos resultados alcançados é compatível com a distribuição aos accionistas de um dividendo, sem prejuízo do reforço dos recursos por estes colocados à disposição do Banco para o desenvolvimento da sua actividade, o conselho de administração propõe que aqueles resultados sejam aplicados do seguinte modo (em euros):

Reserva legal	64 158,88
Reservas livres	227 429,90
Distribuição de dividendos	350 000,00

Referências finais

O conselho de administração, ao concluir o presente relatório, considera oportuno dar pública nota do reconhecimento que é devido às várias entidades de cujo apoio e colaboração o Banco muito beneficiou, designadamente:

Ao Banco de Portugal e à Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, na sua qualidade de autoridades de supervisão, pela atenção com que seguiram os assuntos do Banco no exercício das respectivas funções e competências;

Aos clientes, razão de ser da nossa actividade, cuja satisfação é motivo da nossa satisfação;

Aos accionistas, pelo continuado apoio que têm vindo a prestar à Instituição e pelo interesse com que acompanham a sua actividade;

Aos restantes órgãos sociais, particularmente ao conselho fiscal, pelo valioso contributo dado, no âmbito das respectivas competências, para o correcto desempenho do Banco;

Aos colaboradores do Banco, principais intérpretes da gestão pela qual este conselho de administração é responsável.

Lisboa, 2 de Março de 2007. — O Conselho de Administração: *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*, presidente — *Mário José Brandão Ferreira*, vice-presidente — *Francisco José Fonseca da Silva*, vice-presidente — *Emanuel Jorge Marques dos Santos*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Jorge Abreu Pereira Parreira Moia*, vogal — *Luís António Gomes Moreno*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração**Participações no capital social**

1 — Participações iguais ou superiores a 2%:

Accionistas com participações iguais ou superiores a 2% do capital social do BPG em 31 de Dezembro de 2006:

Nome	Número de acções	Porcentagem de capital social
Fundação Oriente	5 209 920	74,43
STDP — SGPS, S. A.	299 157	4,27
Fundação Stanley Ho	252 000	3,60
Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino	232 680	3,32

2 — Participação dos membros dos órgãos sociais no capital do BPG:

	Acções		
	Detidas em 31 de Dezembro de 2005	Adquiridas em 2006	Alienadas em 2006
			Detidas em 31 de Dezembro de 2006

Conselho de administração:

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino	232 680	—	—	232 680
--	---------	---	---	---------

O Conselho de Administração: *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*, presidente — *Mário José Brandão Ferreira*, vice-presidente — *Francisco José Fonseca da Silva*, vice-presidente — *Emanuel Jorge Marques dos Santos*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Jorge Abreu Pereira Parreira Moia*, vogal — *Luís António Gomes Moreno*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006**ACTIVO**

(Em euros)

	Notas	2006			Pró-forma 2005
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)=(1)-(2)	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	2 876 229	—	2 876 229	1 928 049
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	14	—	407 260	407 260	496 046
Activos financeiros detidos para negociação	15	19 450 595	—	19 450 595	5 680 455
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	16	26 510 557	—	26 510 557	26 670 269
Activos financeiros disponíveis para venda	17	3 645 475	—	3 645 475	2 900 595
Aplicações em instituições de crédito	19	26 012 098	—	26 012 098	31 909 115
Créditos a clientes	20	43 636 804	621 900	43 014 904	51 113 853
Investimentos detidos até à maturidade	18	2 251 013	—	2 251 013	2 286 013
Outros activos tangíveis	22	1 005 760	561 478	444 282	553 933
Activos intangíveis	22	638 143	541 226	96 917	118 420
Activos por impostos correntes	24	—	—	—	14 172
Activos por impostos diferidos	12 a 24	255 139	—	255 139	269 351
Outros activos	25	3 121 614	73 844	3 047 770	2 779 873
<i>Total do activo</i>		129 810 687	1 798 448	128 012 239	126 720 144

PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	2006	2005
Passivos financeiros detidos para negociação		—	—
Recursos de outras instituições de crédito	26	12 082 871	14 183 761
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	44 202 495	42 573 058
Responsabilidades representadas por títulos	28	30 546 921	30 002 450
Provisões	21	466 043	520 217
Passivos por impostos correntes	24	66 643	2 694
Passivos por impostos diferidos	12 a 24	384 917	145 805
Outros passivos	25	1 237 910	1 457 941
<i>Total do passivo</i>		88 987 800	88 885 926

(Em euros)

	Notas	2006	2005
Capital	31	35 000 000	35 000 000
Prémios de emissão		1 654 703	1 654 703
Reservas de reavaliação	12 e 13	631 715	83 083
Outras reservas e resultados transitados	32	1 096 432	902 673
Resultado do exercício		641 589	193 759
<i>Total do capital</i>		<u>39 024 439</u>	<u>37 834 218</u>
<i>Total do passivo+capital</i>		<u>128 012 239</u>	<u>126 720 144</u>

O Conselho de Administração: *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*, presidente — *Mário José Brandão Ferreira*, vice-presidente — *Francisco José Fonseca da Silva*, vice-presidente — *Emanuel Jorge Marques dos Santos*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Jorge Abreu Pereira Parreira Moia*, vogal — *Luís António Gomes Moreno*, vogal.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

(Em euros)

	Notas	2006	Pró-forma 2005
Juros e rendimentos similares	6	4 356 516	3 594 763
Juros e encargos similares	6	(2 522 860)	(1 844 714)
Margem financeira		<u>1 833 656</u>	<u>1 750 049</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	8	64 415	28 649
Rendimentos de serviços e comissões	7	2 028 785	3 080 379
Encargos com serviços e comissões	7	(108 569)	(115 702)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	1 213 171	272 404
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		—	—
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		(9 642)	64 355
Resultados de alienação de outros activos		444 970	—
Outros resultados de exploração		(91 025)	10 373
Produto bancário		<u>5 375 761</u>	<u>5 090 507</u>
Custos com pessoal	10	(2 569 445)	(2 663 508)
Gastos gerais administrativos	11	(1 577 072)	(1 590 122)
Depreciações e amortizações		(228 923)	(233 165)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	54 173	22 462
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros		—	—
Devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(58 613)	(381 997)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	(73 844)	—
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		—	—
Resultado antes de imposto		<u>922 037</u>	<u>244 177</u>
Impostos:			
Correntes	12	(223 371)	(9 650)
Diferidos	12	(57 077)	(40 768)
Resultado após imposto		<u>641 589</u>	<u>193 759</u>
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas		—	—
Resultado líquido do exercício		<u>641 589</u>	<u>193 759</u>
Resultado em euro por acção		0,03	0,09

O Conselho de Administração: *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*, presidente — *Mário José Brandão Ferreira*, vice-presidente — *Francisco José Fonseca da Silva*, vice-presidente — *Emanuel Jorge Marques dos Santos*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Jorge Abreu Pereira Parreira Moia*, vogal — *Luís António Gomes Moreno*, vogal.

Demonstração de alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2006

	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas
31 de Dezembro de 2004 — PCSB	35 000 000	1 654 703	29 998	266 809
Diferimento comissões do crédito	—	—	—	—
Títulos de negociação	—	—	—	—
Activos intangíveis	—	—	—	—
Outros activos tangíveis	—	—	—	—
Impostos diferidos	—	—	—	—
Saldo a 1 de Janeiro de 2005 (pró-forma NCA)	35 000 000	1 654 703	29 998	266 809

	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)	—	—	53 288	—
Incorporação em outras reservas do resultado líquido de 2004	—	—	—	479 590
Diferimento comissões do crédito	—	—	—	—
Títulos de negociação	—	—	—	—
Títulos opção de justo valor	—	—	—	—
Títulos disponíveis para venda	—	—	—	—
Títulos detidos até à maturidade	—	—	—	—
Derivados de negociação	—	—	—	—
Activos intangíveis	—	—	—	—
Outros activos tangíveis	—	—	—	—
Impostos diferidos	—	—	—	—
Resultado do exercício de 2005 — PCSB	—	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (NCA)	35 000 000	1 654 703	83 286	746 399
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)	—	—	23 661	—
Incorporação em outras reservas do resultado líquido de 2005 (PCSB)	—	—	—	212 944
Incorporação em resultados transitados dos ajustamentos de transição de 2005	—	—	—	—
Títulos disponíveis para venda	—	—	—	—
Impostos diferidos — reserva de reavaliação de justo valor	—	—	—	—
Resultado do exercício de 2006	—	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	35 000 000	1 654 703	106 947	959 343

	Resultados transitados	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultado do exercício	Capitais próprios
31 de Dezembro de 2004 — PCSB	—	—	532 878	37 484 388
Diferimento comissões do crédito	(2 874)	—	—	(2 874)
Títulos de negociação	7 946	—	—	7 946
Activos intangíveis	(105 262)	—	—	(105 262)
Outros activos tangíveis	(22 650)	—	—	(22 650)
Impostos diferidos	195 828	—	—	195 828
Saldo a 1 de Janeiro de 2005 (pró-forma NCA)	72 988	—	532 878	37 557 376
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)	—	—	(53 288)	—
Incorporação em outras reservas do resultado líquido de 2004	—	—	(479 590)	—
Diferimento comissões do crédito	—	—	(33 347)	(33 347)
Títulos de negociação	—	—	(1 349)	(1 349)
Títulos opção de justo valor	—	—	(402 071)	(402 071)
Títulos disponíveis para venda	—	114 597	—	114 597
Títulos detidos até à maturidade	—	—	6 934	6 934
Derivados de negociação	—	—	402 071	402 071
Activos intangíveis	—	—	15 072	15 072
Outros activos tangíveis	—	—	10 612	10 612
Impostos diferidos	—	(31 514)	(40 768)	(72 282)
Resultado do exercício de 2005 — PCSB	—	—	236 605	236 605
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (NCA)	72 988	83 083	193 759	37 834 218
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)	—	—	(23 661)	—
Incorporação em outras reservas do resultado líquido de 2005 (PCSB)	—	—	(212 944)	—
Incorporação em resultados transitados dos ajustamentos de transição de 2005	(42 846)	—	42 846	—
Títulos disponíveis para venda	—	744 879	—	744 879
Impostos diferidos — reserva de reavaliação de justo valor	—	(196 247)	—	(196 247)
Resultado do exercício de 2006	—	—	641 589	641 589
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	30 142	631 715	641 589	39 024 439

O Conselho de Administração: *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*, presidente — *Mário José Brandão Ferreira*, vice-presidente — *Francisco José Fonseca da Silva*, vice-presidente — *Emanuel Jorge Marques dos Santos*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Jorge Abreu Pereira Parreira Moia*, vogal — *Luís António Gomes Moreno*, vogal.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2006

	Notas	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		6 345 902	7 275 859
Juros, comissões e outros custos pagos		(1 576 463)	(1 369 389)
Recuperação de créditos e juros vencidos		—	—
Pagamento a empregados e a fornecedores		(4 202 312)	(3 729 936)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais		203 932	1 091 722
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		771 059	3 268 256

	Notas	2006	2005
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:			
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda		(12 562 901)	3 119 062
Activos financeiros detidos até à maturidade		32 180	(12 894)
Aplicações em instituições de crédito		—	—
Créditos sobre clientes		7 912 445	853 159
Outros activos		—	—
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito		(2 154 855)	7 905 107
Recursos de clientes		1 618 807	3 935 625
Responsabilidades representadas por títulos		—	—
Outros passivos		(53 412)	(2 970 584)
		(4 436 677)	16 097 731
Contribuições para fundo de pensões		—	—
Pagamento de Imposto sobre lucros		(145 250)	56 366
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</i>		(4 581 927)	16 154 097
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Aquisições de empresas		—	—
Aquisições de imobilizações corpóreas e incorpóreas		(111 015)	(489 140)
Alienação de imobilizações		33 650	—
Dividendos recebidos		64 415	28 649
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</i>		(12 950)	(460 491)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:			
Emissão de dívida titulada e subordinada		—	—
Juros de dívida titulada		(445 900)	(746 829)
Distribuição de dividendos		—	—
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</i>		(445 900)	(746 829)
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		(5 040 777)	14 946 777
Caixa e seus equivalentes no início do período	34	34 322 060	19 375 283
Caixa e seus equivalentes no fim do período	34	29 281 283	34 322 060
		5 040 777	(14 946 777)

O Conselho de Administração: *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*, presidente — *Mário José Brandão Ferreira*, vice-presidente — *Francisco José Fonseca da Silva*, vice-presidente — *Emanuel Jorge Marques dos Santos*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Jorge Abreu Pereira Parreira Moia*, vogal — *Luís António Gomes Moreno*, vogal.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em euros)

Introdução:

O Banco Português de Gestão, S. A. (BPG ou Banco), é um Banco de capitais privados, constituído por escritura pública em 29 de Setembro de 2000, tendo iniciado a sua actividade em 26 de Dezembro do mesmo ano.

No último trimestre de 2001, o Banco procedeu a um aumento de capital diversificando a sua estrutura accionista, com a entrada para a formação do capital social, entre outros, de cooperativas de habitação, IPSSs e misericórdias.

O Banco apresenta-se como uma instituição especialmente direccionada para a economia social, numa dupla óptica, por um lado, procurando e oferecendo soluções com elevado grau de eficiência para os agentes que actuam nesta área (IPSSs, misericórdias, institutos, autarquias, fundações, cooperativas, etc.), e por outro lado intervindo nos sectores emergentes em termos de estruturação de serviços financeiros dos quais se destacam os sectores da saúde, turismo, novas tecnologias e energias renováveis.

Para o desenvolvimento da actividade o Banco dispõe das instalações da sua sede, localizada na Rua do Salitre, em Lisboa e de um escritório de representação localizado na Rua de Ceuta, no Porto.

1 — Bases de apresentação das demonstrações financeiras e comparabilidade:

As demonstrações financeiras do Banco Português de Gestão foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos

registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como:

A carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro, e a valorimetria desta componente deverá ser efectuada de acordo com o disposto no aviso n.º 1/2005;

Os activos tangíveis serão mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta de reservas legais de reavaliação.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais do Banco Português de Gestão, foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da instrução n.º 4/96, de 17 de Junho. O Banco Português de Gestão apresenta em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas de Contabilidade Ajustadas.

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 foram convertidas para NCA, conforme definido pela IFRS 1 — adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

2 — Principais critérios valorimétricos utilizados:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 — Activos financeiros. — Os activos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BPG classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos a clientes, activos financeiros detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

Preços de um mercado activo;

Tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) conforme seja apropriado;

Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, os activos financeiros ficam registados ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1 — Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados:

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

Eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada uma falta de balanceamento contabilística);

Um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base;

Se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada mensalmente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se

encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidas em resultados.

2.1.2 — Créditos e outros valores a receber:

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Os créditos a clientes são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e não podem ser reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

Os créditos a clientes só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento.

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito

O Banco constitui provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito, de acordo com a actual versão do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Esta provisão, apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto na versão actual do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é função do período decorrido após o respectivo vencimento e da eventual existência de garantias (v. nota n.º 20), excluindo os créditos concedidos ao sector público administrativo.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, são apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos. São considerados nesta situação:

a) As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

i) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

ii) estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos e inferior a 10 anos;

24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

b) Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica de provisões, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas nos avisos acima mencionados, é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente. Esta provisão corresponde a 1,5% do total do crédito ao consumo não vencido e a 1% do total do crédito não vencido concedido pelo Banco, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. Para créditos garantidos por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destina a habitação do mutuário, a provisão a aplicar é de 0,5%. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao sector público administrativo.

2.1.3 — Activos financeiros detidos até à maturidade:

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BPG demonstrou intenção e capacidade de manter até à maturidade. A venda de uma parte significativa destes activos dá origem a uma reclassificação para a rubrica de disponíveis para venda.

No momento inicial os activos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas.

Posteriormente, estes activos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos da imparidade reconhecida.

2.1.4 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em caso de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2 — *Passivos financeiros.* — Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.3 — *Instrumentos financeiros derivados.* — Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. O justo valor é obtido através do preço de mercado cotado em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente modelos de fluxos de caixa descontados. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2006 o Banco não procedeu à bifurcação de derivados embutidos.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor notional).

O Banco só possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.4 — *Activos e passivos em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

a) Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgado pela *Bloomberg*, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

b) Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas ope-

rações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5 — Reconhecimento de juros. — Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6 — Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões. — Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de *corporate finance* são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de outros activos, independentemente de serem de imediato facturados, ou quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida em que são incorridos.

2.7 — Activos intangíveis. — O Banco regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercutir para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três anos.

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8 — Outros activos tangíveis. — Os outros activos tangíveis são activos utilizados pelo BPG no desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4-10
Instalações interiores	4-10
Material de transporte	4
Outros	8

Os custos subsequentes com activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o ser valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

2.9 — Locação financeira. — A contabilização de um contracto de locação é efectuada de acordo com o tipo de contracto, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

Como locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros;

Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.10 — Provisões. — São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.11 — Benefícios aos empregados. — O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de segurança social.

Bónus a empregados:

O Banco pode atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais.

Estas remunerações são atribuídas por deliberação do conselho de administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

2.12 — Impostos sobre os lucros. — O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, era de 25% acrescida da derrama de 10%.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável ao imposto corrente para o exercício de 2007.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes.

O cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as NCA, foram baseadas em pressupostos, que carecem de confirmação no futuro por parte das autoridades fiscais.

2.13 — *Caixa e equivalentes de caixa.* — Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.14 — *Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas.* — Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Imparidade e provisões para crédito concedido:

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade e ou provisões para crédito, adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

Impostos sobre lucros:

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados:

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, assim como pela obtenção de preços junto de contraparte independente.

3 — Introdução das normas de contabilidade ajustadas:

3.1 — Impacto nos capitais próprios e resultados:

O impacto da adopção das NCA em 1 de Janeiro de 2005, originou um impacto positivo nos capitais próprios do Banco a 31 de Dezembro de 2005 no montante de 113 225 euros, tendo por base os valores apresentados nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB para o mesmo período.

	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultados em 2005	Reserva de reavaliação	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
Valores de acordo com PCSB	37 484 388	236 605	—	37 720 993
Ajustamentos resultantes da adopção das NCA:				
IAS 39 — Diferimento comissões do crédito — alínea a)	(2 874)	(33 347)	—	(36 221)
IAS 39 — Títulos de negociação — alínea b)	7 946	(1 349)	—	6 597
IAS 39 — Títulos opção de justo valor — alínea c)	—	(402 071)	—	(402 071)
IAS 39 — Títulos disponíveis para venda — alínea d)	—	—	114 597	114 597
IAS 39 — Títulos detidos até à maturidade — alínea e)	—	6 934	—	6 934
IAS 39 — Derivados de negociação — alínea f)	—	402 071	—	402 071
IAS 38 — Activos intangíveis — alínea g)	(105 262)	15 072	—	(90 190)
IAS 16 — Outros activos tangíveis — alínea h)	(22 650)	10 612	—	(12 038)
IAS 12 — Impostos diferidos — alínea i)	195 828	(40 768)	(31 514)	123 546
Valores de acordo com NCA (pró-forma)	37 557 376	193 759	83 083	37 834 218
Impacto dos ajustamentos	72 988	(42 846)	83 083	113 225

a) *Diferimento de comissões incrementais.* — De acordo com as NCA, os proveitos e custos associados a activos e passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos ao longo da vida das operações.

As comissões totalmente contabilizadas como proveito até 31 de Dezembro de 2004, mas que de acordo com as NCA deveriam ser reconhecidas ao longo da vida das operações, foram abatidas a resultados transitados em 1 de Janeiro de 2005.

Para efeitos de comparabilidade de informação: (i) as comissões incrementais reconhecidas em balanço em 1 de Janeiro de 2005 foram posteriormente reconhecidas em resultados de acordo com o período de vida das operações; e (ii) as comissões incrementais recebidas durante o exercício de 2005, foram revertidas de resultados e registadas como um proveito diferido, e serão reconhecidas em resultados de acordo com o período de vida das operações.

b) *Títulos de negociação.* — O Banco procedeu à reclassificação de acções e ao reconhecimento de mais-valias em acções e obrigações que se encontravam registadas, segundo o PCSB, na carteira de investimento, mas que segundo as NCA são consideradas como detidas para negociação.

	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005
Reclassificação da carteira de investimento PCSB:		
Obrigações	4 628 453	4 008 004
Acções	186 839	192 988
	<u>4 815 292</u>	<u>4 200 992</u>

	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005
Reconhecimento mais-valias em:		
Obrigações classificadas como investimento em PCSB	1 822	2 996
Acções classificadas como investimento em PCSB	6 124	3 601
	<u>7 946</u>	<u>6 597</u>

c) *Títulos designados na opção de justo valor.* — Em 2005, o Banco identificou títulos, que se encontravam classificados na carteira de investimento em PCSB, contendo derivados embutidos, que segundo o IAS 39, deveriam de ser bifurcados. Desta forma, o Banco optou por designar estes títulos na opção de justo valor, procedendo à sua reclassificação da carteira de investimento PCSB, para a carteira de activos ao justo valor através de resultados (opção de justo valor).

O ajustamento efectuado ao resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, diz respeito ao reconhecimento das menos-valias latentes nesses títulos.

	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005
Reclassificação da carteira de investimento PCSB:		
Obrigações	—	26 824 796

	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezem- bro de 2005
--	-------------------------	-----------------------------

Reconhecimento menos-valias em:

Obrigações classificadas como investimento em PCSB	—	(402 071)
--	---	-----------

d) *Títulos disponíveis para venda.* — Em 1 de Janeiro de 2005, o Banco designou como títulos disponíveis para venda, as participações financeiras em entidades onde não detinha controlo ou exercia influência significativa.

Os montantes registados na reserva de reavaliação em 2005 repartem-se em: 114 597 euros do ajustamento ao justo valor e (31 514 euros) referentes a impostos diferidos.

	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezem- bro de 2005
--	-------------------------	-----------------------------

Reclassificação de participações financeiras em PCSB	2 785 998	2 785 999
--	-----------	-----------

Reconhecimento mais-valias na reserva de reavaliação em:

Participações financeiras em PCSB	—	114 597
---	---	---------

e) *Títulos detidos até à maturidade.* — Em 1 de Janeiro de 2005, o Banco designou como títulos detidos até à maturidade, as obrigações do tesouro que se encontravam classificadas na carteira de investimento em PCSB.

A 31 de Dezembro de 2005 foram revertidas as provisões para menos-valias latentes que tinham sido constituídas de acordo com as regras do PCSB.

	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezem- bro de 2005
Reclassificação da carteira de investimento PCSB:		
Obrigações do Tesouro	2 267 629	2 245 280
Reversão das provisões para menos-valias constituídas em 2005	—	6 934

f) *Derivados de negociação.* — Em 2005 foi registado o justo valor de uma opção de venda, sobre um portfólio de obrigações, que o Banco adquiriu no decorrer do exercício a preços de referência pelo valor total de 26 882 050 euros.

g) *Activos intangíveis.* — De acordo com as NCA, o imobilizado incorpóreo que não cumpria os critérios de reconhecimento definidos no IAS 38, foi registado por contrapartida de resultados transitados à data de transição, e subsequentemente em custos do exercício.

Em 1 de Janeiro de 2005, os ajustamentos apresentados são referentes ao abate de activos que o Banco determinou como não elegíveis como activos intangíveis segundo as NCA, nomeadamente: custos com licenças de software, despesas de investigação e desenvolvimento, custos com publicidade e despesas de constituição.

Em 31 de Dezembro de 2005 procedeu-se à anulação das amortizações do ano referente aos activos abatidos em 1 de Janeiro de 2005, bem como ao reconhecimento em custos das despesas do exercício, com licenças de *software*, despesas de investigação e desenvolvimento e custos plurianuais.

Activos intangíveis:

	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resul- tados em 2005	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
Despesas de instalação e custos plurianuais	(54 618)	(16 771)	(71 389)
Despesas de investigação e desenvolvimento	(43 534)	26 921	(16 613)
Outros activos intangíveis	(7 110)	5 022	(2 088)
	(105 262)	15 172	(90 090)

h) *Outros activos tangíveis.* — De acordo com os IFRS, o imobilizado corpóreo que não cumpria os critérios de reconhecimento definidos no IAS 16, foi registado por contrapartida de resultados transitados à data de transição, e subsequentemente em custos do exercício.

Em 1 de Janeiro de 2005, os ajustamentos apresentados são referentes ao abate de activos que o Banco determinou como não elegíveis como activos tangíveis segundo as NCA.

Em 2005 procedeu-se à anulação das amortizações do ano, para os activos que foram identificados em 1 de Janeiro de 2005 como não sendo elegíveis.

	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resul- tados em 2005	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
--	---	----------------------------	---

Activos intangíveis:

Equipamento	(22 650)	10 612	(12 038)
-------------------	----------	--------	----------

i) *Impostos diferidos.* — De acordo com o PCSB, não eram reconhecidos impostos diferidos activos. Os impostos diferidos passivos eram apenas reconhecidos no caso de existirem mais-valias não realizadas em operações cujo reconhecimento fiscal apenas tinha lugar no exercício de liquidação dessas operações.

Na transição para NCA, foram reconhecidos impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição e impostos diferidos activos e passivos não reconhecidos de acordo com as regras do PCSB. No

que respeita aos ajustamentos de transição, os principais impactos decorrem do cálculo de impostos diferidos sobre as provisões para riscos de crédito e outros riscos que foram tributadas.

Em 31 de Dezembro de 2005, não foram registados impostos diferidos activos provenientes de perdas fiscais reportáveis, porque considerou a administração não ter suficiente segurança sobre o reconhecimento de proveitos futuros tributáveis em dimensão que proporcionasse a absorção do prejuízo fiscal existente de cerca de 385 milhares de euros.

Descrição	Montantes em euros		Impostos diferidos					
	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005	Balanço		Resultado transitado	Resultado	Reservas de reavaliação	
			1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005
Diferimento de comissões do crédito	(2 874)	(36 221)	790	9 961	790	9 171	—	—
Títulos de negociação	7 946	6 597	(2 185)	(1 814)	(2 185)	371	—	—
Títulos opção de justo valor	—	(402 071)	—	110 570	—	110 570	—	—
Títulos disponíveis para venda	—	114 597	—	(31 514)	—	—	—	(31 514)
Títulos detidos até à maturidade	—	6 934	—	(1 907)	—	(1 907)	—	—
Derivados de negociação	—	402 071	—	(110 570)	—	(110 570)	—	—
Imobilizado incorpóreo	(105 262)	(90 190)	28 947	24 802	28 947	(4 145)	—	—
Imobilizado corpóreo	(22 650)	(12 038)	6 229	3 310	6 229	(2 919)	—	—
Provisões não aceites fiscalmente	(589 261)	(438 938)	162 047	120 708	162 047	(41 339)	—	—
			195 828	123 546	195 828	(40 768)	—	(31 514)

No cálculo dos impostos diferidos utilizou-se uma taxa nominal de imposto de 26,5% conforme previsto para o exercício de 2007.

3.2 — Reconciliação do balanço em 31 de Dezembro de 2005 em PCSB e NCA:

Em 31 de Dezembro de 2005, a reconciliação do balanço do Banco de acordo com o Plano de Contas do Sistema Bancário e o próforma de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas é como segue:

Balanço				
		31 de Dezembro de 2005		
		Alineas		
			PCSB	
			NCA (pró-forma)	
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais			1 926 011	1 928 049
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito			496 274	496 046
Activos financeiros detidos para negociação	b) e f)		1 050 634	5 680 455
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	c)		—	26 670 269
Activos financeiros disponíveis para venda	d)		—	2 900 595
Títulos de investimento			33 271 067	—
Outras participações financeiras			2 785 999	—
Aplicações em instituições de crédito			31 900 003	31 909 115
Créditos a clientes	a)		51 447 359	51 113 853
Investimentos detidos até à maturidade	e)		—	2 286 013
Outros activos tangíveis	h)		565 972	553 933
Activos intangíveis	g)		208 610	118 420
Activos por impostos correntes	k)		—	14 172
Activos por impostos diferidos	i)		—	269 351
Outros activos	g) e k)		2 763 203	2 779 873
Total do activo			126 415 132	126 720 144
Passivo:				
Recursos de outras instituições de crédito			14 154 855	14 183 761
Recursos de clientes e outros empréstimos			42 458 294	42 573 058
Responsabilidades representadas por títulos			30 000 000	30 002 450
Provisões			520 217	520 217
Passivos por impostos correntes	k)		—	2 694
Passivos por impostos diferidos	i)		—	145 805
Outros passivos	k)		1 560 773	1 457 941
Total do passivo			88 694 139	88 885 926
Capitais próprios:				
Capital			35 000 000	35 000 000
Prémios de emissão			1 654 703	1 654 703
Reservas de reavaliação	d) e i)		—	83 083
Outras reservas e resultados transitados	l)		829 685	902 673
Resultado do exercício	l)		236 605	193 759
Total dos capitais próprios			37 720 993	37 834 218
Total do passivo e dos capitais próprios			126 415 132	126 720 144

Ver a explicação para os ajustamentos efectuados a 31 de Dezembro de 2005 nas alíneas a) a i) da nota n.º 3.1 — Impacto nos capitais próprios e resultados de 31 de Dezembro de 2005 da transição para as NCA. Ver explicação para os ajustamentos da nota l), no quadro com impactos da transição para NCA em 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2005 da nota n.º 3.1 — Impacto nos capitais próprios e resultados de 31 de Dezembro de 2005 da transição para as NCA.

Os ajustamentos efectuados nos outros activos e passivos, activos e passivos por impostos correntes — alínea *k*), dizem respeito à reclassificação dos impostos correntes activos e passivos e dos juros corridos a receber e a pagar que foram reclassificados para as respectivas rubricas de activos e passivos que lhes deram origem.

3.3 — Reconciliação da demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005 em PCSB e NCA:

Demonstração dos resultados		
	31 de Dezembro de 2005	
	PCSB	NCA (pró-forma)
Juros e rendimentos similares	3 599 622	3 594 763
Juros e encargos similares	(1 844 714)	(1 844 714)
Margem financeira	1 754 908	1 750 049
Rendimentos de instrumentos de capital	36 646	28 649
Rendimentos de serviços e comissões	1 357 487	3 080 379
Encargos com serviços e comissões	(117 999)	(115 702)
Lucros em operações financeiras	2 148 150	—
Outros proveitos de exploração	—	—
Prejuízos em operações financeiras	(1 871 852)	—
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	—	272 404
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	—	—
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	—	64 355
Resultados de alienação de outros activos	—	—
Outros custos de exploração	—	—
Outros resultados de exploração	1 693 983	10 373
Produto bancário	5 001 323	5 090 507
Custos com pessoal	(2 663 509)	(2 663 508)
Gastos gerais administrativos	(1 510 973)	(1 590 122)
Depreciações e amortizações	(337 999)	(233 165)
Provisões líquidas de reposições e anulações	—	22 462
Reposições e anulações de provisões	—	—
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(197 599)	(381 997)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	—	—
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	—	—
Resultados extraordinários líquidos	(44 988)	—
Resultado antes de imposto	246 255	244 177
Impostos:		
Correntes	9 650	(9 650)
Diferidos	—	(40 768)
Resultado líquido do exercício	236 605	193 759

3.4 — Reconciliação de capitais próprios:

Em 31 de Dezembro de 2005, a reconciliação dos capitais próprios do Banco de acordo com o Plano de Contas do Sistema Bancário e o próforma de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas é como segue:

	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultados do exercício	Capitais próprios
31 de Dezembro 2005 — PCSB	35 000 000	1 654 703	83 286	746 399	—	236 605	37 720 993
Diferimento comissões do crédito	—	—	—	(2 874)	—	(33 347)	(36 221)
Títulos de negociação	—	—	—	7 946	—	(1 349)	6 597
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	(105 262)	114 597	(402 071)	(392 736)
Títulos detidos até à maturidade	—	—	—	—	—	6 934	6 934
Derivados de negociação	—	—	—	—	—	402 071	402 071
Activos intangíveis	—	—	—	(22 650)	—	15 072	(7 578)
Outros activos tangíveis	—	—	—	—	—	10 612	10 612
Impostos diferidos	—	—	—	195 828	(31 514)	(40 768)	123 546
31 de Dezembro de 2005 — NCA	35 000 000	1 654 703	83 286	819 387	83 083	193 759	37 834 218

4 — Gestão do risco financeiro:

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco cambial e risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor). O programa de

gestão de risco do Banco tem um enfoque na incerteza associada aos mercados financeiros e tenta minimizar os potenciais riscos adversos que podem afectar a *performance* financeira do Banco.

Os riscos da actividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *com-*

pliance, são analisados e controlados pelo conselho de administração do Banco. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de *reporting* de periodicidade diária, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

4.1 — Risco de crédito:

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduz no risco de uma contraparte não ser capaz de pagar a totalidade dos montantes quando devidos.

O processo de controlo do risco de crédito, passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a *performance* do crédito é

monitorizada constantemente permitindo a identificação imediata de incumprimentos. A imediata identificação de incumprimentos pontuais e o diálogo que, nessas circunstâncias, é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração. Adicionalmente existe uma *watch list* que integra os clientes que, por diferentes razões — e não necessariamente por experiência de incumprimentos — tem o Banco por justificado como merecedores de especial atenção e monitorização.

O Banco estrutura também os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários.

Adicionalmente é analisada a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excepto para os títulos em carteira. O risco de crédito à data de 31 de Dezembro de 2006, líquido de (i) provisões para crédito e juros vencidos, (ii) provisões para riscos gerais de crédito, e (iii) imparidade, pode ser analisado no quadro que segue:

	Valor contabilístico bruto	Provisões e imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais:			
Crédito a clientes	43 689 617	(505 346)	43 184 271
Derivados de negociação	593 041	—	593 041
Disponibilidades em outras instituições de crédito	407 260	—	407 260
Aplicações em instituições de crédito	26 012 098	—	26 012 098
Outros activos	2 526 326	(582 144)	1 944 182
	<u>73 228 342</u>	<u>(1 087 490)</u>	<u>72 140 852</u>
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas	8 062 519	(74 297)	7 988 222
<i>Total</i>	<u>81 290 861</u>	<u>(1 161 787)</u>	<u>80 129 074</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 o crédito e juros e outros activos vencidos apresentam a seguinte decomposição por classe de incumprimento:

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito vencido:						
Valor bruto	50 362	88 791	385 420	16 099	—	540 672
Provisões	(488)	(8 878)	(96 355)	(16 099)	—	(121 820)
	<u>49 874</u>	<u>79 913</u>	<u>289 065</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>418 852</u>
Outros activos vencidos:						
Valor bruto	93 938	31 460	428 233	205 813	24 107	783 551
Provisões	(939)	(7 865)	(265 290)	(205 813)	(20 172)	(500 080)
	<u>92 999</u>	<u>23 595</u>	<u>162 943</u>	<u>—</u>	<u>3 935</u>	<u>283 471</u>
	<u>142 873</u>	<u>103 508</u>	<u>452 008</u>	<u>—</u>	<u>3 935</u>	<u>702 323</u>

4.2 — Risco de mercado:

O risco de mercado inerente às carteiras de valores mobiliários detidas pelo BPG é objecto de definição de limites pelo órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de activos, qualidade de risco de emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas susceptíveis de investimento, níveis de *stop loss* na carteira de negociação, etc.), bem como a rentabilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

4.3 — Risco cambial:

O contravalor, em milhares de euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2006, decompõe-se como segue:

	BRL	USD	EUR	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7 412	8 979	2 859 838	2 876 229
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	—	5 037	402 223	407 260
Activos financeiros detidos para negociação	—	1 413 784	18 036 811	19 450 595
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	26 510 557	26 510 557

	BRL	USD	EUR	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—	3 645 475	3 645 475
Aplicações em instituições de crédito	—	—	26 012 098	26 012 098
Créditos a clientes	—	118 987	42 895 917	43 014 904
Investimentos detidos até à maturidade	—	—	2 251 013	2 251 013
Outros activos tangíveis	—	—	444 282	444 282
Activos intangíveis	—	—	96 917	96 917
Activos por impostos correntes	—	—	—	—
Activos por impostos diferidos	—	—	255 139	255 139
Outros activos	—	28 199	3 019 571	3 047 770
<i>Total de activos</i>	<u>7 412</u>	<u>1 574 986</u>	<u>126 429 841</u>	<u>128 012 239</u>
Passivos financeiros detidos para negociação	—	—	—	—
Recursos de outras instituições de crédito	—	—	12 082 871	12 082 871
Recursos de clientes e outros empréstimos	—	1 467 436	42 735 059	44 202 495
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	30 546 921	30 546 921
Provisões	—	—	466 043	466 043
Passivos por impostos correntes	—	—	66 643	66 643
Passivos por impostos diferidos	—	—	384 917	384 917
Outros passivos	—	84	1 237 826	1 237 91
<i>Total do passivo</i>	<u>—</u>	<u>1 467 520</u>	<u>87 520 280</u>	<u>88 987 800</u>
Capital	—	—	35 000 000	35 000 000
Prémios de emissão	—	—	1 654 703	1 654 703
Reservas de reavaliação	—	—	631 715	631 715
Outras reservas e resultados transitados	—	—	1 096 432	1 096 432
Resultado do exercício	—	—	641 589	641 589
<i>Total do passivo+capital próprio</i>	<u>—</u>	<u>1 467 520</u>	<u>126 544 719</u>	<u>128 012 239</u>
Rubricas extrapatrimoniais:				
Futuros de divisas	—	126 430	—	—
Posição global operacional	<u>7 412</u>	<u>(18 964)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

A situação a 31 de Dezembro de 2005 é a que se segue:

	BRL	USD	EUR	Total
Activos	2 565	780 679	125 936 900	126 720 144
Passivo e capital próprio	—	236 933	126 483 211	126 720 144
Rubricas extrapatrimoniais:				
Futuros de divisas	—	634 270	—	—
Posição global operacional	<u>2 565</u>	<u>(90 524)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

4.4 — Risco de *cash-flow* e taxa de juro:

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa é o risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco de taxa de juro associado ao justo valor é o risco do justo valor de um instrumento financeiro variar devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O Banco utiliza o modelo de *repricing gap* para analisar a sua sensibilidade à taxa de juro, que os seus activos, passivos e itens extrapatrimoniais apresentam. Este modelo compara os activos e passivos sujeitos a variações de taxa de juro em intervalos de tempo preestabelecidos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada).

A tabela abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2006:

	Um mês	De um mês a três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 851 474	—	—	—	—
Disponibilidades em instituições de crédito	407 260	—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito	19 508 523	6 503 575	—	—	—
Crédito a clientes	9 687 134	30 745 941	2 958 364	36 255	—
Títulos detidos para negociação	4 040 866	—	—	—	—
Títulos detidos até à maturidade	—	—	993 612	1 257 401	—
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	14 915 007	—	11 595 550	—
	<u>36 495 258</u>	<u>52 164 523</u>	<u>3 951 976</u>	<u>12 889 206</u>	<u>—</u>
Recursos de instituições de crédito	7 059 527	—	5 023 344	—	—
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	30 546 921	—	—
Recursos de clientes	13 687 130	2 303 614	22 909 761	20 000	—
	<u>20 746 657</u>	<u>2 303 614</u>	<u>58 480 026</u>	<u>20 000</u>	<u>—</u>

	Um mês	De um mês a três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos
Gap de taxa de juro	15 748 601	49 860 908	(54 528 050)	12 869 206	—
Gap de taxa de juro acumulado	15 748 601	65 609 509	11 081 459	23 950 666	23 950 666
	De dois anos a três anos	De três anos a quatro anos	Sem rentabilidade	Total	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	24 754	2 876 229	
Disponibilidades em instituições de crédito	—	—	—	407 260	
Aplicações em instituições de crédito	—	—	—	26 012 098	
Crédito a clientes	8 555	—	200 555	43 636 804	
Títulos detidos para negociação	—	—	15 409 729	19 450 595	
Títulos detidos até à maturidade	—	—	—	2 251 013	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	26 510 557	
	8 555	—	15 635 038	121 144 556	
Recursos de instituições de crédito	—	—	—	12 082 871	
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	—	30 546 921	
Recursos de clientes	—	—	5 281 990	44 202 495	
	—	—	5 281 990	86 832 287	
Gap de taxa de juro	8 555	—	10 353 048	34 312 269	
Gap de taxa de juro acumulado	23 959 221	23 959 221	34 312 269		

A tabela abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2005:

	Um mês	De um mês a três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 928 049	—	—	—	—
Disponibilidades em instituições de crédito	496 046	—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito	31 909 115	—	—	—	—
Crédito a clientes	15 235 878	28 843 481	7 691 317	227 800	—
Títulos detidos para negociação	4 008 004	—	—	—	—
Títulos detidos até à maturidade	—	—	—	1 015 455	523 053
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	15 078 636	11 591 633	—	—
	51 152 997	43 922 117	19 282 950	1 243 255	523 053
Recursos de instituições de crédito	10 173 906	4 009 855	—	—	—
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	3 002 450	—	—
Recursos de clientes	2 800 760	6 457 814	23 763 000	1 939 977	—
	12 974 666	10 467 669	26 765 450	1 939 977	—
Gap de taxa de juro	38 178 331	33 454 448	(7 482 500)	(696 722)	523 053
Gap de taxa de juro acumulado	38 178 331	71 632 779	64 150 279	63 453 557	63 976 610
	De dois anos a três anos	De três anos a quatro anos	Sem rentabilidade	Total	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	1 928 049	
Disponibilidades em instituições de crédito	—	—	—	496 046	
Aplicações em instituições de crédito	—	—	—	31 909 115	
Crédito a clientes	—	12 170	—	52 010 646	
Títulos detidos para negociação	—	—	1 672 451	5 680 455	
Títulos detidos até à maturidade	722 297	25 207	—	2 286 012	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	26 670 269	
	722 297	37 377	1 672 451	118 556 497	
Recursos de instituições de crédito	—	—	—	14 183 761	
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	—	3 002 450	
Recursos de clientes	—	—	7 611 507	42 573 058	
	—	—	7 611 507	59 759 269	
Gap de taxa de juro	722 297	37 377	(5 939 056)	58 797 228	
Gap de taxa de juro acumulado	64 698 907	64 736 284	58 797 228		

4.5 — Risco de liquidez:

O risco de liquidez é o risco de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço

do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta o balanço, no final dos meses de Dezembro de 2006 e 2005, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento residuais.

A situação a 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

	À vista	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a seis anos	Mais de seis anos	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 876 229	—	—	—	—	2 876 229
Disponibilidades em instituições de crédito	407 260	—	—	—	—	407 260
Aplicações em instituições de crédito	19 508 523	6 503 575	—	—	—	26 012 098
Crédito a clientes	330 999	13 604 741	15 038 515	8 406 593	5 634 055	43 014 904
Títulos detidos para negociação	—	593 041	—	2 023 023	16 834 531	19 450 595
Títulos detidos até à maturidade	—	—	505 372	1 702 773	42 868	2 251 013
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	3 010 353	—	23 500 204	26 510 557
	<u>23 123 012</u>	<u>20 701 357</u>	<u>18 554 240</u>	<u>12 132 389</u>	<u>46 011 658</u>	<u>120 522 656</u>
Recursos de instituições de crédito	5 051 673	2 007 854	5 023 344	—	—	12 082 871
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	30 546 921	—	—	30 546 921
Recursos de clientes	5 126 784	16 145 950	22 929 761	—	—	44 202 495
	<u>10 178 457</u>	<u>18 153 804</u>	<u>58 500 026</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>86 832 286</u>
<i>Gap</i> de liquidez	<u>12 944 555</u>	<u>2 547 553</u>	<u>(39 945 785)</u>	<u>12 132 389</u>	<u>46 011 658</u>	<u>33 690 370</u>
<i>Gap</i> de liquidez acumulado	12 944 555	15 492 108	(24 453 677)	(12 321 288)	33 690 370	

A situação a 31 de Dezembro de 2005 é a que se segue:

	À vista	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a seis anos	Mais de seis anos	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 928 049	—	—	—	—	1 928 049
Disponibilidades em instituições de crédito ...	496 046	—	—	—	—	496 046
Aplicações em instituições de crédito	—	31 909 115	—	—	—	31 909 115
Crédito a clientes	—	20 272 572	11 418 517	12 169 645	7 253 119	51 113 853
Títulos detidos para negociação	—	—	—	2 426 279	3 254 176	5 680 455
Títulos detidos até à maturidade	—	—	1 061 013	1 225 000	—	2 286 013
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	3 016 335	23 653 934	26 670 269
	<u>2 424 095</u>	<u>52 181 687</u>	<u>12 479 530</u>	<u>18 837 259</u>	<u>34 161 229</u>	<u>120 083 800</u>
Recursos de instituições de crédito	154 855	14 028 906	—	—	—	14 183 761
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	—	30 002 450	—	30 002 450
Recursos de clientes	7 466 932	7 428 149	27 677 977	—	—	42 573 058
	<u>7 621 787</u>	<u>21 457 055</u>	<u>27 677 977</u>	<u>30 002 450</u>	<u>—</u>	<u>86 759 269</u>
<i>Gap</i> de liquidez	<u>(5 197 692)</u>	<u>30 724 632</u>	<u>(15 198 447)</u>	<u>(11 165 191)</u>	<u>34 161 229</u>	<u>33 324 531</u>
<i>Gap</i> de liquidez acumulado	(5 197 692)	25 526 940	10 328 493	(836 698)	33 324 531	

5 — Justo valor de activos e passivos financeiros:

Os activos e passivos que se encontram registados no balanço do Banco ao custo amortizado são:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais — são constituídas por notas e moedas e depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas;

Disponibilidades em outras instituições de crédito — são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas;

Investimentos detidos até à maturidade — respeitam a obrigações do Tesouro português que o Banco registou nesta categoria. A diferença entre o justo valor deste activos, valorizados ao preço de mercado, e o montante pelo qual se encontram registados no balanço é de 18 128 euros e 3901 euros em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, respectivamente;

Crédito vincendo — é constituído por crédito concedido a clientes na sua grande maioria com taxa de juro variável, sendo o justo valor

idêntico ao valor por que se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;

Aplicações e recursos de instituições de crédito — são constituídas maioritariamente por aplicações e tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;

Recursos de clientes e outros empréstimos — são constituídos por depósitos à ordem e depósitos a prazo de curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;

Responsabilidades representadas por títulos — são constituídas por uma emissão de obrigações de caixa, cujo prazo residual para o vencimento é inferior a um ano.

Por esse motivo o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registadas a 31 de Dezembro de 2006.

6 — Margem financeira:

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	2006	2005
Juros e custos equiparados:		
Recursos de outras instituições de crédito	(401 093)	(252 998)
Recursos de clientes	(1 129 592)	(834 884)
Responsabilidades representadas por títulos	(990 371)	(745 083)
Outros	(1 804)	(11 749)
	<u>(2 522 860)</u>	<u>(1 844 714)</u>
Juros e proveitos equiparados:		
Disponibilidades	26 615	16 189
Aplicações em instituições de crédito	412 172	458 254
Crédito a clientes	2 913 814	2 568 491
Activos financeiros detidos para negociação	201 189	7 996
Outros activos financeiros ao justo valor	735 575	448 917
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—
Activos financeiros detidos até à maturidade	67 140	76 786
Outros	11	18 130
	<u>4 356 516</u>	<u>3 594 763</u>
Margem financeira	<u>1 833 656</u>	<u>1 750 049</u>

7 — Rendimentos e encargos com serviços e comissões:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Comissões recebidas de:		
Serviços relacionados com crédito	—	—
Garantias e avales prestados	139 870	100 450
Compromissos assumidos por terceiros	89 803	55 437
Serviços prestados	764 429	465 658
Serviços prestados — <i>corporate finance</i>	843 423	1 722 893
Operações realizadas por terceiros	116 437	66 543
Outras	74 823	669 398
	<u>2 028 785</u>	<u>3 080 379</u>
Comissões pagas de:		
Compromissos assumidos por terceiros:		
Linhas de crédito	(13 112)	—
Comissão de gestão	(43 467)	(52 595)
Cobrança de valores	(3 823)	—
Outros	(48 167)	(63 107)
	<u>(108 569)</u>	<u>(115 702)</u>
Comissões líquidas	<u>1 920 216</u>	<u>2 964 677</u>

8 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Activos disponíveis para venda:		
Espírito Santo Financial Group	64 415	28 649

9 — Resultados de activos avaliados ao justo valor:

A decomposição desta rubrica é como segue:

	2006	2005
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor:		
Activos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	215	8 660
Instrumentos de capital	1 300 948	806 137
Activos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	135 196	84 300
Instrumentos de capital	4 010 220	707 461
Instrumentos financeiros derivados	221 163	271 996
	<u>5 667 742</u>	<u>1 878 554</u>
Perdas em activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor:		
Activos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	(23)	(34 346)
Instrumentos de capital	(1 111 599)	(521 777)
Activos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	(90 531)	(157 763)
Instrumentos de capital	(3 044 213)	(538 581)
Instrumentos financeiros derivados	(208 205)	(353 683)
	<u>(4 454 571)</u>	<u>(1 606 150)</u>
	<u>1 213 171</u>	<u>272 404</u>

10 — Custos com o pessoal:

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	2006	2005
Remuneração aos órgãos de gestão:		
Remuneração mensal	592 084	557 180
Remuneração adicionais	97 051	87 037
Remuneração extraordinárias	55 381	80 133
Remuneração de empregados:		
Remuneração mensal	1 072 089	1 061 757
Remuneração adicionais	308 001	454 045
Encargos sociais obrigatórios	366 809	365 977
Outros custos	78 030	57 379
	<u>2 569 445</u>	<u>2 663 508</u>

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de segurança social.

O número efectivo de colaboradores encontra-se discriminado na nota n.º 30.

Os saldos com os elementos da administração e direcção do Banco encontram-se divulgados na nota n.º 33.

11 — Gastos gerais administrativos:

	2006	2005
Rendas e alugueres	377 452	283 440
Consultoria	275 441	209 061
Conservação e reparação	269 321	254 926
Comunicações	184 375	176 957
Deslocações e estadas	163 366	214 177
Segurança e vigilância	71 109	68 403
Advogados	57 732	13 299
Outros	39 252	58 472
Avenças e honorários	37 535	58 039
Material de consumo corrente	23 142	37 426
Água, energia e combustíveis	21 741	27 701
Seguros	19 303	18 773
Publicidade	11 417	59 176
Bancos de dados	7 152	7 017
Judiciais e contencioso	6 544	14 212
Publicações	4 304	1 322
Transportes	3 636	3 361
Formação de pessoal	2 516	5 210
Informática	1 734	79 150
	<u>1 577 072</u>	<u>1 590 122</u>

12 — Impostos sobre os lucros:

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O pagamento/recebimento de impostos sobre os lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação, tendo as autoridades fiscais a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam (oito anos no caso da segurança social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2003 a 2006.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57.º do Código do IRC, a Direcção-Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que venha a ser efectuada qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, que seja significativa para as demonstrações financeiras.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga no final de cada exercício é como segue:

	2006	2005
Imposto corrente:		
Do exercício	(223 371)	(9 650)
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(57 077)	(40 768)
Total do imposto registado em resultados (1)	(280 448)	(50 418)
Resultado antes de impostos (2)	922 037	244 177
Carga fiscal (1)/(2) (em percentagem)	— 30,4	— 20,6

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

A reconciliação entre taxa nominal de imposto e a carga fiscal efectivamente verificada nos exercícios de 2006 e 2005 é como segue:

	2006		2005	
	Taxa de imposto (percentagem)	Valor	Taxa de imposto (percentagem)	Valor
Lucro antes de impostos	—	922 036	—	244 177
Matéria colectável	— 11,2	103 400	—	—
Correcção impostos relativos a exercícios anteriores	— 10,0	92 338	—	—
Tributação autónoma	— 3,0	27 632	— 4,0	9 650
Títulos de negociação	0,2	(1 814)	0,2	(371)
Títulos opção de justo valor	— 0,4	4 021	45,3	(110 570)
Derivados de negociação	— 5,1	46 586	— 45,3	110 570
Títulos detidos até à maturidade	0,2	(1 907)	— 0,8	1 907
Diferimento de comissões do crédito	— 0,4	3 993	3,8	(9 171)
Imobilizado incorpóreo	— 0,6	5 682	— 1,7	4 145
Imobilizado corpóreo	— 0,4	3 310	— 1,2	2 919
Provisões não aceites fiscalmente	0,3	(2 794)	— 16,9	41 339
Taxa efectiva	— 30,4	280 448	— 20,6	50 418

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	(Em percentagem)	
	2006	2005
IRC	25	25
Derrama	(a) 2,5	(a) 2,5
	27,5	27,5

(a) Taxa média ponderada dos municípios de Lisboa e Porto.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o valor dos impostos diferidos activos e passivos registados no balanço é como segue:

	2006	2005
Juros e custos equiparados:		
Impostos diferidos:		
Activos	255 139	269 351
Passivos	(384 917)	(145 805)
	(129 778)	123 546
Registados por contrapartida de:		
Resultados transitados	155 060	195 828
Reserva de reavaliação de justo valor	(227 761)	(31 514)
Resultado do exercício	(57 077)	(40 768)
	(129 778)	123 546

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados no exercício de 2006 é como segue:

Descrição	Montantes em euros		Impostos diferidos					
	31 de Dezembro de 2005	31 de Dezembro de 2006	Balanço		Resultado transitado	Resultado	Reservas de reavaliação	
			31 de Dezembro de 2005	31 de Dezembro de 2006	31 de Dezembro de 2005	31 de Dezembro de 2006	31 de Dezembro de 2005	31 de Dezembro de 2006
Diferimento de comissões do crédito	(36 221)	(22 522)	9 961	5 968	9 961	(3 993)	—	—
Títulos de negociação	6 597	—	(1 814)	—	(1 814)	1 814	—	—
Títulos opção de justo valor	(402 071)	(402 071)	110 570	106 549	110 570	(4 021)	—	—
Títulos disponíveis para venda	114 597	859 476	(31 514)	(227 761)	—	—	(31 514)	(196 247)
Títulos detidos até à maturidade	6 934	—	(1 907)	—	(1 907)	1 907	—	—
Derivados de negociação	402 071	593 041	(110 570)	(157 156)	(110 570)	(46 586)	—	—
Imobilizado incorpóreo	(90 190)	(72 152)	24 802	19 120	24 802	(5 682)	—	—
Imobilizado corpóreo	(12 038)	—	3 310	—	3 310	(3 310)	—	—
Provisões não aceites fiscalmente	(438 938)	(466 043)	120 708	123 502	120 708	2 794	—	—
			123 546	(129 778)	155 060	(57 077)	(31 514)	(196 247)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados no exercício de 2005 é como segue:

Descrição	Montantes em euros		Impostos diferidos					
	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005	Balanço		Resultado transitado	Resultado	Reservas de reavaliação	
			1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2005
Diferimento de comissões do crédito	(2 874)	(36 221)	790	9 961	790	9 171	—	—
Títulos de negociação	7 946	6 597	(2 185)	(1 814)	(2 185)	371	—	—
Títulos opção de justo valor	—	(402 071)	—	110 570	—	110 570	—	—
Títulos disponíveis para venda	—	114 597	—	(31 514)	—	—	—	(31 514)
Títulos detidos até à maturidade	—	6 934	—	(1 907)	—	(1 907)	—	—
Derivados de negociação	—	402 071	—	(110 570)	—	(110 570)	—	—
Imobilizado incorpóreo	(105 262)	(90 190)	28 947	24 802	28 947	(4 145)	—	—
Imobilizado corpóreo	(22 650)	(12 038)	6 229	3 310	6 229	(2 919)	—	—
Provisões não aceites fiscalmente	(589 261)	(438 938)	162 047	120 708	162 047	(41 339)	—	—
			195 828	123 546	195 828	(40 768)	—	(31 514)

13 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

A decomposição desta rubrica é como segue:

	2006	2005
Caixa	24 754	33 265
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	2 849 268	1 892 746
Juros a receber	2 207	2 038
	<u>2 876 229</u>	<u>1 928 049</u>

14 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

A disponibilidade à vista sobre instituições de crédito tem a seguinte decomposição:

	2006	2005
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País	407 260	496 046
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	—	—
Juros a receber	—	—
	<u>407 260</u>	<u>496 046</u>

15 — Activos financeiros detidos para negociação:

Esta rubrica pode ser analisada como segue:

	2006	2005
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida:		
Títulos cotados:		
Obrigações de outros emissores não residentes	4 040 867	4 031 160
Títulos não cotados:		
Obrigações de outros emissores não residentes	—	—
Instrumentos de capital:		
Títulos cotados:		
De emissores não residentes:		
Acções	1 938 553	732 976
Unidades de participação	7 708 034	514 248
	<u>9 646 587</u>	<u>1 247 224</u>
Títulos cotados:		
De emissores residentes:		
Acções	—	—
Unidades de participação	5 170 100	—
	<u>5 170 100</u>	<u>—</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	18 857 554	5 278 384
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	593 041	402 071
	<u>19 450 595</u>	<u>5 680 455</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a decomposição da carteira de negociação por natureza e espécie de títulos, pode ser analisada como segue:

Natureza e espécie de títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição
Instrumentos de dívida:				
Títulos cotados:				
Obrigações de emissores não residentes:				
KPN 0 7-21-09 — Koninklijke KPN NV — Julho de 2009	2 000	1 000	2 023 023	2 013 600
MWD 0 7-20-12 — Morgan Stanley FLTG — Julho de 2012	2 000	1 000	2 017 844	1 995 600
			<u>4 040 867</u>	<u>4 009 200</u>

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição
Instrumentos de capital:				
Títulos cotados:				
Emitidos por não residentes:				
Acções:				
ADS GY — Adidas Salomon	550	1	20 752	20 515
BNP FP — BNP Paribas	230	1	19 010	19 343
NOK1V FH — Nokia	1 280	1	19 814	19 994
PLT IM — Parmalat	241 000	1	785 660	467 980
SAP GY — SAP	500	1	20 130	20 090
TOM2 — TOM TOM	600	1	19 632	19 938
AABA NA — ANB AMRO NV	1 315	1	32 020	29 982
BNP FP — BNP Paribas	353	1	29 175	29 987
DBK GY — Deutsche Bank	300	1	30 402	29 700
ELE SM — Endesa	840	1	30 097	29 820
FP FP — Totalfinaelf	590	1	32 244	31 546
GLE FP — Societé Generale	235	1	30 221	29 843
MT NA — Mittal Steel CO NV	900	1	28 773	29 520
NOK1V FH — Nokia	1 950	1	30 186	30 089
RDSA NA — Royal Dutch Shell	1 080	1	28 858	28 183
SAN SM — Banco Santander Central Hispano	2 175	1	30 755	30 015
SX5EEX GY — Eurostoxx 50	6 040	1	251 385	249 328
SX5EEX GY — Eurostoxx 50	12 000	1	499 440	501 000
			<u>1 938 553</u>	<u>1 616 873</u>
Unidades de participação:				
FLEGNRE LX — JPM Global Natural Resources	29 884	1	551 653	499 954
SISF BRIC — Schroder Sisf Bric	10 088	1	1 289 875	1 000 001
BPI Vasco da Gama	424	1	554 673	500 168
FLEEMDI LX — JP Morgan Emerging Markets Debs	70 845	1	714 829	710 578
FLEGNRE LX — JPM Global Natural Resources	29 888	1	551 732	549 043
JP MED-A — JPMF — Europe Dynamic — A	31 215	1	499 435	494 129
SISF BRIC — Schroder Sisf Bric	16 675	1	2 132 054	2 000 656
JPM China — JPM Greater China	20 673	1	350 072	323 757
JPM Latin Amer	14 605	1	472 948	464 759
Schimca LX — Schroders Int Selection Fund Emg Mkt	69 930	1	590 763	574 339
			<u>7 708 034</u>	<u>7 117 384</u>
Emitidos por residentes:				
Unidades de participação:				
EUFBSEG PL — Santander — euro-futuro banca & seguros	7 853	1	251 743	249 999
SANACEU PL — Santander — acções Europa	48 236	1	255 243	249 995
SANACGL — Santander — acções global USA	430 095	1	2 103 467	1 964 894
SANCALT PL — Santander — carteira alternativa	458 061	1	2 559 647	2 499 996
			<u>5 170 100</u>	<u>4 964 884</u>
<i>Total de activos financeiros detidos para negociação</i>			<u>18 857 554</u>	<u>17 708 341</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a decomposição da carteira de negociação por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição
Instrumentos de dívida:				
Títulos cotados:				
Obrigações de emissores não residentes:				
KPN 0 7-21-09 — Koninklijke KPN NV — Julho de 2009	2 000	1 000	2 024 208	2 013 600
MWD 0 7-20-12 — Morgan Stanley FLTG — Julho de 2012	2 000	1 000	2 006 952	1 995 600
			<u>4 031 160</u>	<u>4 009 200</u>
Instrumentos de capital:				
Títulos cotados:				
Emitidos por não residentes:				
Acções:				
CGE FP — Alcatel	950	1	9 946	9 985
FTE FP — France Telecom	475	1	9 970	9 999

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição
GAM SM — Gamesa Corp S. A.	830	1	10 259	10 002
PLT IM — Parmalat	241 000	1	496 219	467 980
RNO FP — Renault	145	1	9 991	10 034
BEN FP — Beneteau	300	1	17 160	17 940
BNP FP — BNP Paribas	290	1	19 822	19 981
ENI IM — Eni SPA	850	1	19 916	19 763
ERA FP — Eramet	250	1	20 250	19 250
FP FP — Totalfinalelf	100	1	21 220	20 442
GAM SM — Gamesa Corp S. A.	1 600	1	19 776	20 160
INGA NA — Ing	670	1	19 631	19 899
RDSA NA — Royal Dutch Shell	700	1	18 046	19 425
RNO FP — Renault	300	1	20 670	20 100
SGO FP — Companie de Saint Gobain	400	1	20 100	19 000
			<u>732 976</u>	<u>703 960</u>
Emitidos por não residentes:				
Unidades de participação:				
BPI Vasco da Gama	424	1	514 248	500 943
<i>Total de instrumentos financeiros</i>			<u>514 248</u>	<u>500 943</u>
<i>Total de activos financeiros detidos para negociação</i>			<u>5 278 384</u>	<u>5 214 103</u>

A decomposição dos instrumentos financeiros derivados de negociação é como segue:

	2006			2005		
	Nocional	Valor de balanço		Nocional	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Cotados em bolsa:						
Contratos de taxa de câmbio:						
Futuros	126 081	—	—	634 270	—	—
Warrants	1 465	—	—	857	—	—
Mercado de balcão:						
Contratos sobre títulos:						
Opções	26 000 000	593 041	—	26 000 000	402 071	—
		<u>593 041</u>	<u>—</u>		<u>402 071</u>	<u>—</u>

O Banco transacciona instrumentos financeiros derivados, essencialmente, sobre a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxa de juro e sobre títulos de dívida. Estas transacções são efectuadas essencialmente em mercados de balcão e em mercados organizados. A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados.

À data do balanço existia um contrato de futuros de taxa de juro, cuja finalidade era de negociação, e com maturidade em Março de 2007.

À data do balanço existia um contrato de opção de venda sobre um portfólio de obrigações, com data de maturidade para Março de 2007, cujo valor de exercício era de 26 231 755 euros.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o Banco detinha 650 warrants, cujo valor registado era de 1465 euros e 856 euros, respectivamente.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

O justo valor (*fair value*) corresponde ao valor que os instrumentos financeiros derivados teriam se fossem transaccionados no mercado à data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

16 — Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica pode ser analisada como segue:

	2006	2005
Instrumentos de dívida:		
Títulos não cotados:		
Obrigações de outros emissores estrangeiros	26 510 557	26 670 269

A decomposição da carteira de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados por títulos em 2006 pode ser analisada no quadro que segue:

Instrumentos de dívida	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição
Alsir 0 12-11 — Alpha Series, Ltd. 51 FLTG — Dezembro de 2011	20	100 000	2 015 253	2 050 020
Btari 0 6-13 — Btar INV (Jersey), Ltd. FLTG Junho de 2020	35 000	100	3 557 288	3 619 455

Instrumentos de dívida	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição
GAPLTD 0 13 — Global Asset Program, Ltd. FLTG 2020	3 000	1 000	3 012 657	3 064 350
Ramper 0 07 — Ramper FLTG — Junho de 2007	300 000	10	3 010 353	3 075 960
Socgen Barkley — SG Acceptance NV — Fevereiro de 2018	9 000	1 000	9 336 425	9 444 420
Solar 0 9-13 — Solar Funding I, Ltd. FLTG — Setembro de 2013	3 500	1 000	3 550 386	3 580 185
Solar 0 19-9-13 — Solar Funding I, Ltd. FLTG — Setembro de 2013	2 000	1 000	2 028 197	2 047 660
<i>Total</i>			26 510 557	26 882 050

A decomposição da carteira de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, por títulos, em 2005 pode ser analisada no quadro que segue:

Instrumentos de dívida	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição
Alsir 0 12-11 — Alpha Series, Ltd. 51 FLTG — Dezembro de 2011	20	100 000	2 014 137	2 050 020
Btari 0 6-13 — Btar INV (Jersey), Ltd. FLTG — Junho de 2020	35 000	100	3 548 963	3 619 455
GAPLTD 0 13 — Global Asset Program, Ltd. FLTG — 2020	3 000	1 000	3 012 199	3 064 350
Ramper 0 7 — Ramper FLTG — Junho de 2007	300 000	10	3 016 335	3 075 960
Socgen Barkley — SG Acceptance NV — Fevereiro de 2018	9 000	1 000	9 520 295	9 444 420
Solar 0 9-13 — Solar Funding I, Ltd. FLTG — Setembro de 2013	3 500	1 000	3 537 732	3 580 185
Solar 0 19-9-13 — Solar Funding I, Ltd. FLTG — Setembro de 2013	2 000	1 000	2 020 608	2 047 660
<i>Total</i>			26 670 269	26 882 050

17 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica pode ser analisada como segue:

	2006	2005
Acções ao custo histórico:		
Atlântico Vila — Sociedade Cons. Proj. Desenv., S. A.	50 000	50 000
Ao justo valor:		
Espírito Santo Financial Group	3 595 475	2 850 595
Activos disponíveis para venda	3 645 475	2 900 595

A decomposição da carteira de activos financeiros disponíveis para venda por títulos em 31 de Dezembro de 2006 pode ser analisada como segue:

	Quan- tidade	Partici- pações no capital social (percen- tagem)	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição	Valias	Impa- ridade
Acções ao custo histórico:							
Atlântico Vila — Sociedade Cons. Proj. Desenv., S. A.	10 000	10,00	5	50 000	50 000	—	—
Ao justo valor:							
Espírito Santo Financial Group	43 246	0,57	10	3 595 475	2 735 998	859 476	—
Activos disponíveis para venda	153 246			3 645 475	2 785 998	859 476	—

A decomposição da carteira de activos financeiros disponíveis para venda por títulos em 31 de Dezembro de 2005 pode ser analisada como segue:

	Quan- tidade	Partici- pações no capital social (percen- tagem)	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição	Valias	Impa- ridade
Acções ao custo histórico:							
Atlântico Vila — Sociedade Cons. Proj. Desenv., S. A.	10 000	10,00	5	50 000	50 000	—	—

	Quan- tidade	Partici- pações no capital social (percen- tagem)	Valor nominal	Valor de balanço — Justo valor	Valor de aquisição	Valias	Impa- ridade
Ao justo valor:							
Espírito Santo Financial Group	143 246	0,57	10	2 850 595	2 735 998	114 597	—
Activos disponíveis para venda	153 246			2 900 595	2 785 998	114 597	—

O Banco possui uma participação minoritária de 10% do capital da Atlântico Vila, S. A., contabilizada ao valor de aquisição pelo montante de 50 000 euros, tendo esta empresa realizado prejuízos nos primeiros da sua actividade. A Atlântico Vila, S. A., registou em 2006 o seu primeiro exercício com resultados positivos em consequência de medidas de gestão cujos efeitos se têm por significativos, fundamentando a expectativa de, nos exercícios seguintes, se vir a observar o aprofundamento desta tendência favorável ora iniciada. Esta expectativa é também reforçada pela prevista alienação de um activo do imobilizado, cujo produto será aplicado na redução do passivo da empresa, reforçando, por via da diminuição dos encargos financeiros, os seus resultados correntes, para além da realização esperada de uma mais-valia nesta operação, a qual se encontra titulada por contrato promessa.

Faça a estes elementos, a avaliação feita pelo Banco quanto a esta participação financeira não justifica a consideração de qualquer imparidade do respectivo valor.

18 — Activos detidos até à maturidade:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Títulos cotados:		
Obrigações de dívida pública nacional	2 208 145	2 252 213
Juros a receber	42 868	33 800
	2 251 013	2 286 013

Em 31 de Dezembro de 2006, a decomposição da carteira de activos detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço — Custo amortizado	Valor de aquisição	Impa- ridade
Títulos cotados:					
PGB 3,2 — 11 — obrigações do Tesouro	100 000 000	0,01	970 818	967 820	—
PGB 3,95 — 7-15-2009 — obrigações do Tesouro	2 500 000	0,01	24 827	24 513	—
PGB 3,25 — 2008 — obrigações do Tesouro	70 000 000	0,01	707 128	712 894	—
PGB 4,875 — 2007 — obrigações do Tesouro	50 000 000	0,01	505 372	530 600	—
	222 500 000		2 208 145	2 235 827	—

Em 31 de Dezembro de 2005, a decomposição da carteira de activos detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço — Custo amortizado	Valor de aquisição	Impa- ridade
Títulos cotados:					
PGB 3,95 — 7-15-2009 — Obrigações do Tesouro	2 500 000	0,01	24 749	24 513	—
PGB 3,25 — 2008 — Obrigações do Tesouro	70 000 000	0,01	711 764	712 894	—
PGB 4,875 — 2007 — Obrigações do Tesouro	50 000 000	0,01	513 971	530 600	—
PGB 3 — 7-2006 — Obrigações do Tesouro	100 000 000	0,01	1 001 729	1 008 050	—
	222 500 000		2 252 213	2 276 057	—

19 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

	2006	2005
Aplicações em instituições de crédito no País:		
MMI	15 500 000	14 400 003
Depósitos a prazo	10 500 000	17 500 000
Juros a receber	12 098	9 113
	26 012 098	31 909 115

As taxas médias durante o exercício de 2006 e 2005 foram, respectivamente, de 2,88% e 2,12%.

20 — Crédito a clientes:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Crédito interno:		
Empresas e administração pública:		
Empréstimos	8 753 929	10 251 717
Créditos em conta corrente	26 497 404	28 943 049
Operações de locação financeira	749 778	72 297
Descontos e operações tituladas por efeitos	1 392 995	5 216 715
Outros créditos	304 021	137 565

	2006	2005
Particulares:		
Crédito à habitação	1 072 013	1 103 236
Crédito ao consumo	74 793	67 044
Crédito conta corrente	2 988 000	2 023 000
Outros créditos	956 608	2 147 645
	<u>42 789 541</u>	<u>49 962 268</u>
Crédito externo:		
Particulares	143 125	—
Comissões com proveito diferidos	(64 876)	—
Comissões associadas ao crédito	12 063	—
Juros e comissões a receber	216 279	268 513
	<u>163 466</u>	<u>268 513</u>
Crédito e juros vencidos:		
Até 90 dias	48 055	185 915
Mais de 90 dias	492 617	1 260 444
	<u>540 672</u>	<u>1 446 359</u>
<i>Total bruto</i>	<u>43 636 804</u>	<u>51 677 140</u>

Provisões e imparidade:

Provisões para créditos e juros vencidos e imparidade	(621 900)	(563 287)
<i>Total líquido</i>	<u>43 014 904</u>	<u>51 113 853</u>

O movimento ocorrido nas provisões em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 é apresentado na nota n.º 21 — provisões.

Os juros a receber de adiantamentos efectuados estão incluídos no valor da carteira.

Alguns contratos de crédito têm associado garantias reais. A 31 de Dezembro de 2006, as garantias reais recebidas (imóveis, títulos, depósitos a prazo e penhor mercantil) pelo Banco ascendem respectivamente a 47 183 793 euros e a 46 595 354 euros (v. nota n.º 29 — contas extrapatrimoniais).

As taxas médias durante o exercício de 2006 e 2005 foram, respectivamente, de 5,97% e 4,69%.

21 — Imparidade e provisões:

O movimento ocorrido no exercício de 2006 é como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldo em 31 de Dezembro de 2006
Provisão para crédito e juros e outros activos vencidos	563 287	939 929	(881 316)	—	621 900
Imparidade para outros activos vencidos	—	73 844	—	—	73 844
Provisões para riscos gerais de crédito	520 217	156 862	(211 036)	—	466 043
	<u>1 083 504</u>	<u>1 170 635</u>	<u>(1 092 352)</u>	<u>—</u>	<u>1 161 787</u>

A utilização de imparidade para outros activos vencidos corresponde à perda estimada relativamente a serviços prestados na área de *corporate*, tomando em consideração o valor total da exposição, o montante recuperável e a antiguidade dos saldos.

22 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido nos activos tangíveis registados no exercício de 2006 e 2005 é como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2005		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/transfe-rências	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Outros activos tangíveis:						
Obras em edifícios arrendados	42 978	(12 635)	—	(4 298)	—	26 045
Equipamento	535 700	(341 611)	48 439	(61 430)	(14 021)	167 077
Imobilizado em locação financeira	390 752	(62 732)	—	(78 150)	—	249 870
Outras imobilizações corpóreas	1 912	(431)	—	(191)	—	1 290
	<u>971 342</u>	<u>(417 409)</u>	<u>48 439</u>	<u>(144 069)</u>	<u>(14 021)</u>	<u>444 282</u>

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/transfe-rências	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Outros activos tangíveis:						
Obras em edifícios arrendados	39 381	(8 547)	3 597	(4 088)	—	30 343
Equipamento	548 031	(267 040)	11 368	(74 571)	(23 699)	194 089
Imobilizado em locação financeira	—	—	390 752	(62 732)	—	328 020
Outras imobilizações corpóreas	1 912	(239)	—	(192)	—	1 481
	<u>589 324</u>	<u>(275 826)</u>	<u>405 717</u>	<u>(141 583)</u>	<u>(23 699)</u>	<u>553 933</u>

23 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido nos activos intangíveis registados no exercício de 2006 e 2005 é como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2005		Aqui- sições	Amorti- zações do exercício	Abates/ transfe- rências	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Activos intangíveis:						
Sistemas de tratamento automático de dados — <i>software</i>	574 793	(456 373)	63 350	(84 853)	—	96 917
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004		Aqui- sições	Amorti- zações do exercício	Abates/ transfe- rências	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Activos intangíveis:						
Despesas de constituição	293 972	(293 972)	—	—	—	—
Custos plurianuais	110 355	(110 355)	77 441	(11 676)	(65 765)	—
Despesas de investigação e desenvolvimento ...	340 058	(296 524)	—	—	(43 534)	—
Sistemas de tratamento automático de dados — <i>software</i>	511 813	(366 199)	67 623	(90 948)	(3 869)	118 420
Outras imobilizações incorpóreas	33 519	(28 828)	—	—	(4 691)	—
	1 289 717	(1 095 878)	145 064	(102 624)	(117 859)	118 420

24 — Impostos activos e passivos:

A origem dos impostos diferidos activos e passivos pode ser vista no quadro que se segue:

	2006		2005	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos correntes:				
IRC	—	66 643	14 172	2 694
Impostos diferidos:				
Diferimento de comissões do crédito	5 968	—	9 961	—
Titulos de negociação	—	—	—	1 814
Titulos de opção de justo valor	106 549	—	110 570	—
Titulos disponíveis para venda	—	227 761	—	31 514
Titulos detidos até à maturidade	—	—	—	1 907
Derivados de negociação	—	157 156	—	110 570
Imobilizado incorpóreo	19 120	—	24 802	—
Imobilizado corpóreo	—	—	3 310	—
Provisões não aceites fiscalmente	123 502	—	120 708	—
	255 139	384 917	269 351	145 805

25 — Outros activos e outros passivos:

A decomposição da rubrica de outros activos, encontra-se no quadro que segue:

	2006		2005	
	2006	2005	2006	2005
Outros activos:				
Disponibilidades sobre residentes	67 044	20 038		
Devedores por serviços prestados — residentes	828 643	757 380		
Devedores por serviços prestados — não residentes	21 000	627 006		
Devedores por contractos de futuros	1 847	8 873		
Rendas e alugueres	19 241	—		
Sector público e administrativo	—	—		
Outros activos	—	17 620		
Outros devedores — vencidos	783 551	602 019		
Proveitos a receber:				
De devedores de outras aplicações			805 000	600 000
Por serviços prestados — guarda de valores			50 659	37 808
Por serviços prestados — gestão de activos			479 370	26 224
Despesas com custo diferido:				
Seguros			33 647	16 493
Contratos de manutenção			—	4 677
Outras contas de regularização			31 612	51 974
Outras operações a regularizar			—	9 761
Total de outros activos brutos			3 121 614	2 779 873
Imparidade			(73 844)	—
Total de outros activos líquidos			3 047 770	2 779 873

A decomposição da rubrica de outros passivos, encontra-se no quadro que segue:

	2006	2005
Outros passivos:		
Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira	292 980	347 189
Outros fornecedores	48 893	49 490
IVA a pagar	65 930	69 937
Retenção na fonte	134 258	126 955
Contribuições para a segurança social	36 143	36 064
Cobranças por conta de terceiros	254	634
Outros encargos a pagar:		
De recursos alheios	3 207	—
De custos administrativos	324 240	328 224
Outros custos a pagar	131 143	126 366
Receitas com proveito diferido:		
Gestão de créditos	129 561	200 567
Garantias prestadas	22 681	24 707
Outras operações a regularizar	207	45 983
Outras contas de regularização:		
Operações de bolsa por regularizar	—	18 600
Outros passivos	48 413	83 225
	1 237 910	1 457 941

26 — Recursos de outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Recursos de instituições de crédito no País:		
A prazo	12 000 000	14 000 000
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:		
À vista	—	154 855
Juros a pagar	82 871	28 906
	12 082 871	14 183 761

As taxas médias durante o exercício de 2006 e 2005 foram, respectivamente, de 3,09% e 2,19%.

27 — Recursos de clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Recursos de residentes:		
Depósitos à ordem	4 337 443	7 062 834
Depósitos a prazo	38 871 745	34 912 791
Depósitos de poupança	48 760	48 760
	43 257 948	42 024 385
Recursos de não residentes:		
Depósitos à ordem	788 214	103 441
Outros recursos	1 127	300 657
	789 341	404 098
Juros a pagar	155 206	144 575
Total de recursos de clientes	44 202 495	42 573 058

As taxas médias durante o exercício de 2006 e 2005 foram, respectivamente, de 2,88% e 2,13%.

28 — Responsabilidades representadas por títulos:

As responsabilidades representadas por títulos apresentam os seguintes detalhes:

	Obrigações de caixa — Taxa variável
Moeda	EUR
Data de emissão	30-12-2004
Maturidade	30-12-2007
Taxa de juro	Euribor a seis meses + spread (0,3%)
Periodicidade do cupão	semestral
Valor nominal	1 000
Quantidade	30 000
Juros a pagar em 2005	2 450
Total da responsabilidade em 2005 ...	30 002 450
Emissões	—
Recompra	—
Juros a pagar em 2006	546 921
Total da responsabilidade em 2006 ...	30 546 921

29 — Contas extrapatrimoniais:

Os compromissos assumidos perante terceiros têm a seguinte composição:

	2006	2005
Garantias prestadas:		
Garantias e avais — residentes ...	8 062 519	6 627 871
Compromissos perante terceiros:		
Revogáveis:		
Linhas de crédito	1 847 607	216 600
Compromissos bancários	11 558 569	8 186 591
Irrevogáveis:		
Contribuição para o FGD	17 150	14 525
Sistema de indemnização aos investidores	2 348	2 590
	13 425 674	8 420 306
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Guarda de valores	63 699 343	68 370 522
Valores administrados pelo BPG:		
Activos cedidos em operações de cessão de crédito	42 995 932	35 083 214
Mercado de capitais	37 217 584	22 672 398
	143 912 859	126 126 134
Total	165 401 052	141 174 311

Os compromissos assumidos por terceiros têm a seguinte composição:

	2006	2005
Garantias recebidas:		
Garantias e avais — residentes ...	24 371 132	26 348 945
Fianças	2 425 000	2 575 000
Garantias reais:		
Títulos	9 046 641	4 516 265
Valores imobiliários	33 303 687	35 351 312
Depósitos	3 828 664	5 722 977
Penhor mercantil	1 004 800	1 004 800
	73 979 924	75 519 299

	2006	2005
Compromissos assumidos por terceiros:		
Linhas de crédito revogáveis	18 000 000	10 000 000
Serviços prestados por terceiros:		
Guarda de valores	97 515 984	78 178 098
<i>Total</i>	189 495 908	163 697 397

30 — Efectivo de trabalhadores:

O efectivo médio de trabalhadores, distribuído por grandes categorias profissionais, ao serviço do Banco nos exercícios de 2006 e de 2005 foi o seguinte:

	2006	2005
Conselho de administração	3	3
Direcção	7	8
Secretariado/enquadramento	4	4
Específicas/técnicas	21	21
Outras funções	3	2
	38	38

31 — Capital:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital social do BPG está representado por 7 000 000 de acções nominativas de valor nominal unitário de 5 euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista do Banco pode ser analisada no quadro que segue:

	Número de acções		Percentagem	
	2006	2005	2006	2005
Fundação Oriente	5 209 920	5 468 920	74	78
STDP — SGPS	299 157	—	4	—
Fundação Stanley Ho	252 000	252 000	4	4
Carlos Augusto Pulido				
Valente Monjardino	232 680	232 680	3	3
Outros	1 006 243	1 046 400	15	15
<i>Total</i>	7 000 000	7 000 000	100	100

32 — Outras reservas e resultados transitados:

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados decompõem-se como segue:

	2006	2005
Reserva legal	106 947	83 286
Outras reservas	959 343	746 399
Resultados transitados	30 142	72 988
	1 096 432	902 673

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	2006	2005
Reserva legal:		
Saldo abertura	83 286	29 998
Transferências de resultados	23 661	53 288
Saldo de fecho	106 947	83 286

	2006	2005
Outras reservas:		
Saldo abertura	746 399	266 809
Transferência de resultados	212 944	479 590
Saldo de fecho	959 343	746 399
Resultados transitados:		
Saldo de abertura	72 988	72 988
Resultado líquido do ano anterior	236 605	532 878
Diferença de resultado alt. do critério contabilístico (NCA)	(42 846)	—
Transferência para reserva legal	(23 661)	(53 288)
Transferência para outras reservas	(212 944)	(479 590)
Dividendos	—	—
	30 142	72 988

Reserva legal:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o saldo desta reserva ascendia a 106 947 euros e 83 286 euros, respectivamente.

De acordo com o disposto no artigo 97.º do RGICSF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 25 de Setembro, o BPG destina uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

33 — Transacções com partes relacionadas:

Resumem-se como segue os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, relativas às transacções verificadas com partes relacionadas:

	2006	2005
Activo:		
Crédito a clientes:		
Sociedade das Termas de Monchique II	1 399 999	1 399 999
Sociedade da Água de Monchique	800 000	800 000
Prolavra — Produtos para a Lavoura	225 000	550 500
Regis Hotéis	92 000	90 000
Fundação Stanley Ho	250 000	—
Companhia de Seguros Sagres	60 500	—
Hoti-Tejo	97 000	—
Mundinter — Inter. Mundial Comércio	350 000	—
Fundação Oriente	—	41 140
	3 274 499	2 881 639

Juros a receber:

Sociedade das Termas de Monchique II	4 488	4 297
Sociedade da Água de Monchique	164	2 411
Prolavra — Produtos para a Lavoura	—	1 689
Fundação Stanley Ho	77 351	—
Companhia de Seguros Sagres	635	—
Mundinter — Inter. Mundial Comércio	5 692	—
Regis Hotéis	—	1 106
	88 330	9 503

Comissões a receber:

Companhia de Seguros Sagres	326 770	—
Fundação Oriente	180 370	—
Fundação Stanley Ho	22 770	—
	529 910	—
<i>Total do activo</i>	3 892 739	2 891 142

	2006	2005
Passivo:		
Recursos de clientes:		
Companhia de Seguros Sagres	13 757 070	5 174 534
Sociedade das Termas de Monchique II	—	123
Sociedade da Água de Monchique	162	28
Domorient	5 531	—
Hoti-Tejo	1 960	—
Lusenerg — SGPS	190 895	—
Mundinter — Inter. Mundial Comércio	3 839	—
STDP — SGPS	8 150	7 540
Oriente — SGPS	17 352 267	20 348 532
Regis Hotéis	238	1 138
Registur, L. ^{da}	5 399	11 937
Mundigere — SGPS	2 251	2 281
Partisagres — SGPS	6 722	2 567
Fundação Stanley Ho	349 524	1 040 839
Fundação Oriente	228 864	1 531 792
	<u>31 912 872</u>	<u>28 121 311</u>
Juros a pagar:		
Companhia de Seguros Sagres	148 777	10 445
Sociedade das Termas de Monchique II	—	123
Sociedade da Água de Monchique	—	28
STDP — SGPS	383	2
Oriente — SGPS	654 431	45 815
Registur, L. ^{da}	—	2
Lusenerg — SGPS	338	—
Fundação Stanley Ho	9 998	1 631
Fundação Oriente	1 360	3 208
	<u>815 287</u>	<u>61 254</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>32 728 159</u>	<u>28 182 565</u>
Garantias prestadas:		
Companhia de Seguros Sagres	194 370	—
Sociedade das Termas de Monchique II	442 674	442 674
Fundação Stanley Ho	1 317 182	—
	<u>1 954 226</u>	<u>442 674</u>
Compromissos revogáveis:		
Sociedade da Água de Monchique	1	1
Regis Hotéis	8 000	10 000
Hoti-Tejo	3 000	—
Prolavra — Produtos para a Lavoura	—	24 500
	<u>11 001</u>	<u>34 501</u>
Custos:		
Juros e custos equiparados:		
Companhia de Seguros Sagres	236 120	85 684
Sociedade da Água de Monchique	7	2 869
Prolavra — Produtos para a Lavoura	—	6
STDP — SGPS	415	433
Oriente — SGPS	670 022	523 690
Hoti-Tejo	3	—
Mundinter — Inter. Mundial Comércio	3	—
Lusenerg — SGPS	1 004	—
Regis Hotéis	—	24
Registur, L. ^{da}	—	581
Fundação Stanley Ho	35 082	29 256
Fundação Oriente	15 252	40 642
Gastos gerais administrativos:		
Mundinter Angola	72 000	—
Fundação Oriente	210 842	205 855
	<u>1 240 750</u>	<u>889 040</u>

	2006	2005
Proveitos:		
Juros e proveitos equiparados:		
Companhia de Seguros Sagres	—	41 186
Sociedade das Termas de Monchique II	59 840	48 947
Sociedade da Água de Monchique	33 982	37 637
Prolavra — Produtos para a Lavoura	21 892	16 306
Partisagres — SGPS	—	2 567
STDP — SGPS	—	105
Oriente — SGPS	—	10 048
Hoti-Tejo	428	—
Mundinter — Inter. Mundial Comércio	5 852	—
Regis Hotéis	2 495	2 489
Registur, L. ^{da}	5	87
Fundação Stanley Ho	1 458	14 226
Fundação Oriente	—	47 230
	<u>125 952</u>	<u>220 828</u>
Outras comissões:		
Companhia de Seguros Sagres	390 630	41 186
Sociedade das Termas de Monchique II	4 563	35
Sociedade da Água de Monchique	12 025	2 170
Prolavra — Produtos para a Lavoura	55	30
Hoti-Tejo	10	—
Lusenerg — SGPS	150	—
Mundinter — Inter. Mundial Comércio	770	—
Partisagres — SGPS	10	—
STDP — SGPS	135	105
Oriente — SGPS	125	10 048
Regis Hotéis	130	50
Registur, L. ^{da}	15	88
Fundação Stanley Ho	35 161	310
Fundação Oriente	157 236	37 229
	<u>601 015</u>	<u>91 251</u>
Extrapatrimoniais:		
Opção de venda:		
Fundação Oriente	26 231 755	26 422 725
Resumem-se como segue os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, relativas às transacções verificadas com os elementos da administração e direcção do Banco:		
	2006	2005
Activo:		
Crédito a clientes:		
Administração	—	—
Direcção	286 974	313 532
	<u>286 974</u>	<u>313 532</u>
Juros a receber:		
Administração	—	—
Direcção	500	887
	<u>500</u>	<u>887</u>
Comissões a receber:		
Administração	12 504	—
Direcção	—	—
	<u>12 504</u>	<u>—</u>
<i>Total do activo</i>	<u>299 978</u>	<u>314 419</u>

	2006	2005
Passivo:		
Recursos de clientes:		
Administração	429 333	442 570
Direcção	5 898	660
	<u>435 231</u>	<u>443 230</u>
Juros a pagar:		
Administração	404	101
Direcção	—	—
	<u>404</u>	<u>101</u>
Total do passivo	<u>435 635</u>	<u>443 331</u>
Custos:		
Juros e custos equiparados:		
Administração	18 120	10 307
Direcção	—	2
	<u>18 120</u>	<u>10 309</u>
Proveitos:		
Juros e proveitos equiparados:		
Administração	—	—
Direcção	9 553	9 380
	<u>9 553</u>	<u>9 380</u>
Outras comissões:		
Administração	10 504	—
Direcção	—	—
	<u>10 504</u>	<u>—</u>

34 — Caixa e equivalentes de caixa:

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui as seguintes componentes:

	2006	2005
Caixa	24 754	33 26
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	2 849 268	1 892 746
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País	407 260	496 046
MMI	15 500 000	14 400 00
Aplicações a muito curto prazo	10 500 000	17 500 000
	<u>29 281 283</u>	<u>34 322 06</u>

35 — Consolidação de contas:

As contas do Banco são integradas na Fundação Oriente através do método da equivalência patrimonial. As contas consolidadas podem ser obtidas directamente na sua sede situada Rua do Salitre, 66, 1269-065 Lisboa.

O Conselho de Administração: *Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino*, presidente — *Mário José Brandão Ferreira*, vice-presidente — *Francisco José Fonseca da Silva*, vice-presidente — *Emanuel Jorge Marques dos Santos*, vogal — *Francisco Luís Murteira Nabo*, vogal — *Jorge Abreu Pereira Parreira Moia*, vogal — *Luís António Gomes Moreno*, vogal.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Português de Gestão, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 128 012 239 euros e um total de capital próprio de 39 024 439 euros, incluindo um resul-

tado líquido de 641 589 euros), as demonstrações dos resultados, de alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções previstas nos avisos n.ºs 1/2005 e 4/2005 do Banco de Portugal.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português de Gestão, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos que conforme referido na nota n.º 1 do anexo, em 2006, o Banco adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 3 do anexo.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentámos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração do Banco Português de Gestão, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, e apreciamos a certificação legal das contas emitida por esta sociedade, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do relatório sobre a fiscalização endereçado por aquela sociedade ao conselho de administração.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço e as demonstrações dos resultados, de alterações no capital próprio, de fluxos de caixa e o correspondente anexo, complementados com o teor da certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — *Henrique Carlos Medina Carreira*, presidente — *Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva*, vogal — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, vogal e revisor oficial de contas, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas. 2611014560

BESLEASING E FACTORING — IFIC, S. A.

Relatório n.º 11-E/2007

Sede social: Avenida Álvares Cabral, 27, 4.º, 1269-140 Lisboa.
Capital social: 49 113 850 euros.
Pessoa colectiva n.º 502330937.

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura.
Secretárias:

Maria da Conceição Soares Fatela.
Maria Salgado Poppe Almeida de Carvalho.

Conselho de administração:

Presidente: António José Baptista do Souto.

Vogais:

António Luís Simões Tomás.
Bernardo Leite de Faria Espírito Santo.
Carlos Alberto Magalhães de Almeida Oliveira.
Daniel Baptista Correia dos Santos.
Elói de Almeida Marques da Silva.
José António Beja Amaro.
José Rodrigues Correia de Resende.
Patrick Gérard Daniel Coudène.
Rui José Costa Raposo.
Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim.

Comissão executiva:

Presidentes:

José António Beja Amaro.
José Rodrigues Correia Resende.
Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim.

Conselho fiscal:

Presidente: Carlos Santos Moita.

Vogal: Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro.

Revisor oficial de contas: Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por António Manuel Mendes Barreira.

Revisor oficial de contas (suplente): Leonel Manuel Dias Vicente.

Quadro directivo

Departamento Comercial — PME:

Maria Teresa Ferreira Monteiro Pereira.

Departamento Comercial — GEOE:

Paulo Jorge Gonçalves Dias Afonso.

Departamento Financeiro e Administrativo:

Joaquim de Sousa Galileu.

Departamento de Operações:

Manuel Enriquez Pinho.

Departamento Jurídico:

Maria da Conceição Soares Fatela.

Departamento de Sistemas de Informação:

Maria Salomé Neves Nunes de Abreu Castelo Branco.

Relatório do conselho de administração

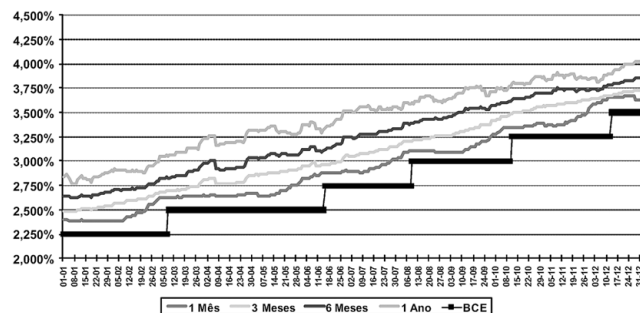
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração vem submeter à apreciação de VV. Ex.ªs, o relatório de gestão, o balanço e contas, bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício de 2006.

1 — Enquadramento económico

A economia mundial revelou expressivo desempenho em 2006, com ligeira aceleração do ritmo de crescimento em relação ao ano anterior resultante do forte desenvolvimento das economias emergentes a que não foi alheio o aprofundamento da globalização, num cenário de algumas condicionantes negativas como os aumentos do preço do petróleo e das taxas de juro.

A economia da união europeia apresentou assinalável desenvolvimento, com um ritmo de expansão superior ao observado no último quinquénio, sem alcançar no entanto, o dinamismo da generalidade da economia mundial. A conjuntura económica foi caracterizada pelo crescimento das exportações, pela recuperação do investimento e pela melhoria das condições do mercado de trabalho não obstante manter-se forte moderação salarial. O crescimento económico numa conjuntura de grande liquidez levou o BCE — Banco Central Europeu a subir a sua taxa directora (*refi-rate*) em 125 b.p. a fim de combater as pressões inflacionistas.

Evolução da Euribor/BCE em 2006



Fonte. — Banco de Portugal.

A economia portuguesa conheceu em 2006 um dinamismo acima do perspectivado, por força do expressivo aumento das exportações